

mo dia **28 de abril de 2022**, quinta-feira, às 14h00, através do aplicativo “Microsoft Teams” ou outro que vier a substituí-lo e será transmitida ao vivo para a população em geral por um serviço de streaming disponibilizado no site da CTLU (Reuniões 2022), [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao\\_social/conselhos\\_e\\_organos\\_colegiados/ctlu/index.php?p=292725](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/ctlu/index.php?p=292725), nos termos da PORTARIA N° 19/2020/SMDU.G.

Os interessados nos processos em pauta deverão apresentar manifestação de interesse em participar da reunião em até 03 dias úteis a contar desta convocação, enviando e-mail para [ctlu@prefeitura.sp.gov.br](mailto:ctlu@prefeitura.sp.gov.br), indicando nome, número do processo, cópia digitalizada do documento de identificação com foto (por exemplo: RG ou CNH), e-mail a ser cadastrado para acesso ao Microsoft Teams e telefone para contato, bem como justificando o seu interesse no processo. Sua manifestação será submetida à presidência que verificará a pertinência quanto à participação, que em caso de deferimento, será encaminhado um e-mail com instruções.

#### PAUTA DA REUNIÃO

##### 1. COMUNICAÇÕES GERAIS

##### 2. PROCESSOS

##### 2.01 – 2019-0.045.447-1

**INTERESSADO:** CYRELA BRASIL REALTY S/A EMP. E PART. LOCAL: AV. MORUMBI, 7395

**ASSUNTO:** ALVARÁ DE APROVAÇÃO DE REFORMA / CONSULTA FACHADA ATIVA

##### 2.02 – 6056.2019/0016485-1

**INTERESSADO:** COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO LOCAL: AV. DR. JOSÉ ARTUR NOVA, 1309

**ASSUNTO:** AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO / REENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE

##### 2.03 – 6066.2020/000610-1

**INTERESSADO:** ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL 9 DE JULHO (UNINOVE)

**LOCAL:** RUA TAGIPURU, N° 812, 842, 868 E 890

**ASSUNTO:** CONSULTA ACERCA DO DISPOSITIVO DO ART. 114 DA LEI 16.402/16

##### 2.04 – 6056.2019/0001470-1

**INTERESSADO:** BEM ESTAR REMOÇÕES E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

**LOCAL:** ALAMEDA CLEVELAND, 718

**ASSUNTO:** AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

##### 2.05 – 6066.2020/0002059-7

**INTERESSADO:** BRUNO LEME LOCAL: ESTRADA PROFESSOR EDMUNDO ROSSETI, 7.450, VILA BELA

**ASSUNTO:** CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

##### 2.06 – 6053.2018/0000935-1

**INTERESSADO:** SUBPREFEITURA SANTO AMARO LOCAL: RUA JOÃO DE LÉRY COM A AVENIDA PEDRO BUENO

**ASSUNTO:** IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTO PEDRO BUENO

##### 2.07 – 6068.2021/0008524-1

**INTERESSADO:** DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAAE

**LOCAL:** TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A BARRAGEM DA PENHA E CÓRREGO TRÊS PONTES

##### ASSUNTO: CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO

#### COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA

##### CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO

**APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO**, Presidente da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana CPPU/SMUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONVOCA os (as) Senhores (as) Representantes para a **94ª Reunião Ordinária da CPPU/SMUL**, a ser realizada no próximo **29 de abril de 2022**, sexta-feira, às 14h00, através do aplicativo “Microsoft Teams” ou outro que vier a substituí-lo e será transmitida ao vivo para a população em geral por um serviço de streaming disponibilizado no site da CPPU (Reuniões 2021), [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao\\_social/conselhos\\_e\\_organos\\_colegiados/cppu/index.php?p=292724](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/cppu/index.php?p=292724), nos termos da PORTARIA N°19/2020/SMDU.G.

Os interessados nos processos em pauta deverão apresentar manifestação de interesse em participar da reunião em até 03 dias úteis a contar desta convocação, enviando e-mail para [cppu@prefeitura.sp.gov.br](mailto:cppu@prefeitura.sp.gov.br), indicando nome, número do processo, cópia do documento de identificação com foto digitalizado (por exemplo: RG ou CNH), e-mail a ser cadastrado para acesso ao Microsoft Teams e telefone para contato, bem como justificando o seu interesse no processo. Sua manifestação será submetida à presidência que verificará a pertinência quanto à participação, que em caso de deferimento, será encaminhado um e-mail com instruções.

#### PAUTA DA REUNIÃO

##### 1. COMUNICAÇÕES GERAIS

##### 2. PROCESSOS

##### 2.01 – 6068.2022/0001468-0 (AD REFERENDUM)

**INTERESSADO:** CIDADE JARDIM SHOPS S.A. LOCAL: RUA HADDOCK LOBO, 1626

**ASSUNTO:** RENOVACÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO DE PAINÉIS DE LED EM FACHADA DE EDIFICAÇÃO

##### 2.02 – 6068.2022/0001242-4 (AD REFERENDUM)

**INTERESSADO:** UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES - UGT

**LOCAL:** AV. PAULISTA (DA RUA AUGUSTA ATÉ A RUA PAMPLONA)

**ASSUNTO:** EXPOSIÇÃO: “OS 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA E NÓS, TRABALHADORES”

#### CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

##### ATOS DO PRESIDENTE

##### Resolução SMUL.ATECC.CMPU/005/2022

O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU, em sua 69ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de abril de 2022, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico – PDE, pelo Decreto nº 56.268, de 22 de julho de 2015, e pelo Decreto nº 59.208, de 6 de fevereiro de 2020,

**CONSIDERANDO** o Art. 7º do Decreto nº 56.268/2015, alterado pelo Decreto nº 59.208/2020, que dispõe sobre a composição da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, sendo 8 (oito) membros representantes da Sociedade Civil, indicados pelo Conselho Municipal de Política Urbana, no âmbito dos seus setores;

**CONSIDERANDO** o parágrafo único do Art. 17 do Decreto nº 56.268/2015, alterado pelo Decreto nº 59.208/2020, que dispõe que o mandato dos representantes da sociedade civil nos órgãos colegiados será de 2 (dois) anos, permitindo-se apenas uma recondução sucessiva;

**CONSIDERANDO** a documentação das indicações entregue em conformidade com o § 3º do inciso II do Art. 7º do Decreto nº 56.268/2015, bem como as modificações realizadas durante a 69ª Reunião Ordinária do CMPU;

**CONSIDERANDO** que, durante a 69ª Reunião Ordinária, os(as) conselheiros(as) em consenso priorizaram as indicações dentro de cada setor das alíneas do inciso II do Art. 7º do Decreto nº 56.268/2015, para o encaminhamento das indicações para a designação a ser realizada pelo Prefeito, de acordo com o § 8º do referido artigo;

##### RESOLVE:

**Art. 1º** Validar as indicações dos representantes da Sociedade Civil na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU conforme a ordem de priorização a seguir:

##### I - SETOR: MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO:

##### a) 1ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO - MDSP

**TITULAR:** FABIO JORGE BENINI CABRAL

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO - CICLOCIDADE

**SUPLENTE:** JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO

##### b) 2ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO PRESERVA SÃO PAULO

**TITULAR:** RUBERVAL MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

**SUPLENTE:** ANTONIO CASTELO BRANCO TEIXEIRA JUNIOR

##### c) 3ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB 1

**TITULAR:** MARIA ELISA DO NASCIMENTO

**SUPLENTE:** MARIA ANGELICA CORREIA DE OLIVEIRA

##### II - SETOR: ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL

##### a) 1ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - FAU-MACKENZIE

**TITULAR:** VIVIANE MANZIONE RUBIO

**ENTIDADE:** INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS - PÓLIS

**SUPLENTE:** DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ

##### b) 2ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO - IAB-SP

**TITULAR:** NATALIE SALLUM BARUSSO

**SUPLENTE:** MARIA ELIZABET PAEZ RODRIGUEZ

##### c) 3ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP

**TITULAR:** VANESSA GIROTO MUNIZ

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO - ASBEA-SP

**SUPLENTE:** ADRIANA BLAY LEVISKY

##### III - SETOR: CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS

##### a) 1ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

**TITULAR:** DURVAL NICOLAU TABACH

**SUPLENTE:** STELA DE CAMARGO DA DALT

##### b) 2ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CADES VILA MARIANA

**TITULAR:** ELISA RAMALHO ROCHA

**ENTIDADE:** CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

**SUPLENTE:** MAURICIO RAMOS DE OLIVEIRA

##### c) 3ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CADES

**TITULAR:** ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

**ENTIDADE:** CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

**SUPLENTE:** SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA

**Art. 2º** Validar ainda as indicações dos representantes da Sociedade Civil na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU sem priorização:

##### I - SETOR: MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO:

##### a) 4ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO - CICLOCIDADE

**TITULAR:** LUCAS CHICONI BALTEIRO

**ENTIDADE:** SOCIEDADE DOS AMIGOS DO PLANALTO PAULISTA - SAPP

**SUPLENTE:** LUCILIA FALCÃO PESSOA LACRETA

##### II - SETOR: ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL

##### a) 4ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP

**TITULAR:** JÚLIA SOLÉR MARCONI

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO - ASBEA-SP

**SUPLENTE:** MARCELO CONSIGLIO BARBOSA

##### b) 5ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS - PÓLIS

**TITULAR:** MAURO SÉRGIO PROCÓPIO CALLIARI

**SUPLENTE:** LARISSA FRANCEZ ZARPELON

##### III - SETOR: CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS

##### a) 4ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

**TITULAR:** OSNI PANDORI

**SUPLENTE:** (NÃO INDICADO)

**Art. 3º** Em que pese a priorização consensuada pelo CMPU, compete ao Prefeito designar, mediante portaria, os membros da CPPU a partir das indicações do CMPU, garantida a representação de todos os setores, em conformidade com o §8º do Art. 7º do Decreto nº 56.268/2015, observadas ainda as demais legislações vigentes.

**Art. 4º** As indicações validadas que não compuserem a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU serão mantidas como cadastro de reserva durante a vigência do mandato referente ao biênio 2022-2024, nos termos § 9º do Art. 7º do Decreto nº 56.268/2015.

##### Resolução SMUL.ATECC.CMPU/006/2022

O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU, em sua 69ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de abril de 2022, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico – PDE, pelo Decreto nº 56.268, de 22 de julho de 2015, e pelo Decreto nº 59.208, de 6 de fevereiro de 2020,

**CONSIDERANDO** o § 1º do Art. 330 da Lei nº 16.050/2014 - PDE, que dispõe que os representantes da Sociedade Civil da Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU serão indicados pelo CMPU;

**CONSIDERANDO** o Art. 4º do Decreto nº 56.268/2015, alterado pelo Decreto nº 59.208/2020, que dispõe sobre a composição paritária da CTLU, sendo 10 (dez) membros representantes da Sociedade Civil, com experiência nas áreas de planejamento e gestão urbana, notadamente nos campos de urbanismo, paisagismo e meio ambiente, indicados pelo Conselho Municipal de Política Urbana, no âmbito dos seus setores;

**CONSIDERANDO** o parágrafo único do Art. 17 do Decreto nº 56.268/2015, alterado pelo Decreto nº 59.208/2020, que dispõe que o mandato dos representantes da sociedade civil nos órgãos colegiados será de 2 (dois) anos, permitindo-se apenas uma recondução sucessiva,

**CONSIDERANDO** a documentação das indicações entregue em conformidade com o § 3º do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 56.268/2015, bem como as modificações realizadas durante a 69ª Reunião Ordinária do CMPU, em especial as alterações das indicações da alínea “c” do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 56.268/2015;

**CONSIDERANDO** que, durante a 69ª Reunião Ordinária, os(as) conselheiros(as) dos Setores das alíneas “a” e “c” do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 56.268/2015, em consenso priorizaram as indicações internas a cada setor para o encaminhamento das indicações para a designação a ser realizada pelo Prefeito, de acordo com o § 8º do referido artigo;

**CONSIDERANDO** que, durante a 69ª Reunião Ordinária, os(as) conselheiros(as) do Setor da alínea “b” do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 56.268/2015 não chegaram a um consenso quanto à priorização interna das indicações do setor;

##### RESOLVE:

**Art. 1º** Validar as indicações dos representantes da Sociedade Civil na Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU, conforme a ordem de priorização a seguir:

##### I - SETOR: MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO

##### a) 1ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** SOCIEDADE DOS AMIGOS DO PLANALTO PAULISTA - SAPP

**TITULAR:** LUCILIA FALCÃO PESSOA LACRETA

**ENTIDADE:** MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO - MDSP

**SUPLENTE:** RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO

##### b) 2ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM DOS JACARANDÁS - AAJJ

**TITULAR:** IVAN CARLOS MAGLIO

**ENTIDADE:** MOVIMENTO DE MORADORES, PRESTADORES DE SERVIÇO E COMERCIANTES DA AV. PAULISTA E ENTORNOS - MOVPAULISTA

**SUPLENTE:** RAPHAELLA JOSÉ CYRILLO GALLETTI

##### c) 3ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB 1

**TITULAR:** JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO

**SUPLENTE:** JOSE LUIS MURADAS MURADAS

##### d) 4ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO - CICLOCIDADE

**TITULAR:** JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO

**SUPLENTE:** VAGO

##### II - SETOR: CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS

##### a) 1ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

**TITULAR:** ANA LUIZA DANTAS COUTINHO PEREZ

**SUPLENTE:** MARCIO NOVAES COELHO JR

##### b) 2ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** REPRESENTANDO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

**TITULAR:** FERNANDA MENEGARI QUERIDO

**SUPLENTE:** ADRIANO DIOGO

**Art. 2º** Validar ainda as indicações dos representantes da Sociedade Civil na Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU sem priorização:

##### I - SETOR: MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO

##### a) 5ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES PELA PRESERVAÇÃO DO ALTO DA LAPA E BELA ALIANÇA - ASSAMPALBA

**TITULAR:** MARIA LAURA FOGAÇA ZEI

**SUPLENTE:** ROBERTO ROLNIK CARDOSO

##### b) 6ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM DOS JACARANDÁS - AAJJ

**TITULAR:** ANTONIO CASTELO BRANCO TEIXEIRA JUNIOR

**ENTIDADE:** MOVIMENTO DE MORADORES, PRESTADORES DE SERVIÇO E COMERCIANTES DA AV. PAULISTA E ENTORNOS - MOVPAULISTA

**SUPLENTE:** IVAN AUGUSTO ALVES PEREIRA

##### II - SETOR: CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS

##### a) 3ª INDICAÇÃO

**ENTIDADE:** REPRESENTANDO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

**TITULAR:** RAYSSA SAIDEL CORTEZ

**SUPLENTE:** (NÃO INDICADO)

**Art. 3º** Validar ainda as indicações dos representantes do setor da alínea “b” do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 56.268/2015 da Sociedade Civil na Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU sem priorização:

##### I - SETOR: ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL

**a) ENTIDADE:** UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE

**TITULAR:** DANIEL TODTMANN MONTANDON

**ENTIDADE:** FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - FAU-MACKENZIE

**SUPLENTE:** ANGÉLICA TANUS BENATTI ALVIM

**b) ENTIDADE:** INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO - IAB-SP

**TITULAR:** CAROLINA HELDT D'ALMEIDA

<

pauta a ser superado, que é aprovação da Ata. **Sra. Mª Helena**: Senhor Secretário, é que estou trabalhando de home, e o Rogério está lá para inserir os arquivos. Dá para aguardar uns minutos? Ou vocês querem ir já aprovando a Ata enquanto ele insere o arquivo? **Sr. Alcides**: Pulamos a Pauta e voltamos depois. Tudo bem pessoal invertemos a pauta aqui e aprovar na sequência a Ata? Só para não perdemos tempo. **Sr. Alcides**: Então vou avançar aqui. Foi até objeto de solicitação já neste Conselho em outros momentos um pouco do planejamento nosso, nós estávamos na gestão do Secretário anterior, agora ajustamento o planejamento, não teve nenhuma mudança grandiosa, mas obviamente no olhar de uma nova gestão, que é a gestão do Secretário João Farias. E aí vamos trazer um pouco do que apresentamos, e já tem planejado para 2022 algumas coisas, elas iniciam em 2022, efetivam-se ao longo dos anos subsequentes, e outras já com execução o já estão em execução, e vão ser finalizadas em 2022, também estão aí no apresentação. Então, vamos dar início a uma apresentação, é um resumo, depois nas próximas reuniões se for necessário, se o pessoal entender podemos entrar mais nisso, naquele assunto, mas eu acho que dá para ter uma noção geral do todo aqui. Então, aqui um pouquinho do orçamento, que até já apresentamos em momento anterior, mas aqui acho que temos um pouquinho mais de detalhamento. Então, nosso orçamento total ele chega no valor de R\$2.388.743.000,00. As fontes são essas, nós temos um bilhão, quase um bilhão e seiscentos que vem do Tesouro. R\$247 milhões do FMSAI, o orçamento destinado à COHAB, que é de R\$209 milhões, operação urbana R\$183 milhões e o FUNDURB R\$150 milhões. Obviamente, foi o orçamento aprovado, possivelmente o FUNDURB tenha reajuste a mais, talvez até FMSAI, só que temos que ter parâmetros para aprovação. Então, pode ser que esse orçamento na hora final lá do ano seja maior do que de fato foi aprovado. Aí um pouco do detalhamento do valor do Tesouro, o Tesouro nós temos uma operação de crédito de R\$1.200.000.000,00 que foi aprovado, que está integrando o nosso orçamento, entrou numa proposta do Pode Entrar. Tem R\$198 milhões, que é do Tesouro direto, que a grande maioria aí acho que é custeio, salvo engano. Tem um convênio com o Governo do Estado de R\$140 milhões, e com Governo Federal de R\$146 milhões. Ainda nós temos novas parcerias que surgiram após já à aprovação do orçamento, que totalizam aí mais R\$315 milhões, estão do lado direito da tela, que é o orçamento do Sabesp fase 2, da Chácara do Conde lá via CDHU e do projeto Cocaia, mais R\$150 milhões, também via CDHU. E obviamente estão trabalhando aí para ampliar essas possibilidades aí, outras parcerias. O Secretário João, eu, tivemos reunião com o Governo Federal e com Governo Estadual há poucos dias, deslumbrando outras possibilidades também que podem ter início já este ano, ter um incremento aí no orçamento ainda este ano. Aí os programas habitacionais que estamos desenvolvendo, nós temos de obras em andamento, aqui está dividido por setor da SEHAB. Então, nós temos em CFT, que são obras próprias nossas, 2.105 unidades em produção; em mananciais 1.900 unidades habitacionais em produção, aqui nós estamos falando só de unidade habitacional. Obras em andamento, Minha Casa Minha Vida temos 2.364 também em produção, que totaliza obras em andamento já 6.379. Obra a iniciar em 2022, nós temos 679 em CFT, obras próprias; nós temos aqui 12.045 é a previsão que temos, que podemos iniciar em 2022. Aí soma-se tanto o entidades, PODE ENTRAR ENTIDADES, quanto CARTA DE CRÉDITO e AQUISIÇÃO. Então é uma soma desses três programas dentro do Programa Pode Entrar. **Sr. João Farias**: Júnior, não é uma correção, é uma inclusão: também estão aí, além das entidades e da carta de crédito, do FAI. **Sr. Alcides**:Sim, verdade, são quase 3 mil unidades também de fato. PPP nós temos 3.857 unidades a serem iniciadas em 2022, totaliza 16 mil unidades iniciadas em 2022. E obras já contratadas, mas que ainda não temos previsão de início, são das PPP, que temos 18 mil unidades habitacionais, que já estão contratadas via PPP, mas que ainda não temos previsão de início para 2022, quer dizer, pode começar ou não. O que totaliza aí no final, 41 mil unidades, que estão aqui já em 2022 contratados ou a serem contratados e iniciadas no ano de 2022. Aí tem as obras de urbanização, aqui que só para todo mundo ter uma noção da lógica nossa de disposição aqui, nós pegamos o que está projetado no Plano de Metas, e colocamos em números aqui. Então, nós temos a meta de produção de unidade habitacional, que acabei de falar; nós temos a meta de urbanização, que é essa que vou falar agora, e aí na sequência as outras metas que estão destinados à execução via Secretaria de Habitação. Então, obras de urbanização nós temos tanto na Coordenadoria Físico-Territorial – CFT, que para todo mundo é a Coordenadoria de Obras, nós temos a serem iniciadas cinco em 2022, e já em andamento mais cinco. Essa previsão de famílias beneficiadas, dependendo da análise que for feita, ela não muda. Quando você fala 912, nós citamos só aquelas que estão aí diretamente envolvidas, mas possivelmente essa urbanização ela beneficia um número infinitamente maior de pessoas que residem em volta dessas obras. Em mananciais são dez obras em andamento já, dez obras de urbanização em andamento já na zona sul, com impacto direto em 8.359 famílias, isso aqui só em 2022, a nossa meta é mais ampla no Plano de Metas. Regularização fundiária, então o que está andando em 2022, são 18.729 unidades em parceria com a CDHU, e mais 54.000, que é a nossa previsão dentro de um universo de 220.000 regularizações que estão previstas na nossa meta para executar em 2022. Então, estamos aqui com 72.000 unidades, é a nossa previsão, é a nossa proposta para executar em 2022 de regularização fundiária. Detalhamento um pouco das ações da SEHAB, então um pouco do que já temos hoje, nós temos 21.700 beneficiários no Auxílio Aluguel, hoje dá uma importância aí de R\$103 milhões, foi o que foi liquidado o ano passado do nosso orçamento só para o Auxílio Aluguel. E a nossa proposta, é uma proposta ousada, especificamente quem trouxe essa proposta, essa intenção para o Prefeito foi o Secretário João Farias, de eliminarmos, obviamente que não eliminamos, abrimos espaço para criar novos beneficiários, mas é atender todos os beneficiários do auxílio aluguel até 2024, proposta ousada, mas vamos. Queremos nos valer aí das modalidades de aquisição, locação social e carta de crédito para ajudar nessa meta. Nós temos aí uma proposta de programa já idealizado de avançar nas pessoas, nós temos muitas pessoas que estão no Auxílio Aluguel, e que ela ainda não tem nenhum vínculo com nenhuma construção prevista da SEHAB, estão há muito tempo, e por conta de um ajuste de política pública elas vão ficar lá até construirmos talvez uma unidade na região e tal, um entendimento mais específico por tempos ainda. Então, pretendemos fazer uma fazer uma análise mais qualitativa desse auxílio aluguel para poder eleger beneficiários para carta de crédito e assim avançar desse pessoal que está há tempos aí no Auxílio Aluguel e pretendemos atender, dar um pouco mais celeridade nesse processo que já está moroso. Essas 5000 cartas de crédito, por exemplo, dá um impacto de 23% nos beneficiários do Auxílio Aluguel da SEHAB. Aqui tem uma revisão dos normativos, mas já tivemos uma revisão prévia agora, a ideia é discutir depois a revisão de Auxílio Hotel, os outros Normativos da SEHAB também estão no nosso planejamento aí de 2022, consequentemente Plano Municipal de Habitação, enfim, são questões que devemos trazer, temos que trazer aí para discussão com vocês em breve. Aí um pouco das operações urbanas, temos aqui a Água Branca, que o Setor A1, o edital foi suspenso, mas ele deve ser republicado em breve com a previsão de contratação para 728 unidades. Aqui apontamos alguns problemas também, que é importante sabermos que tem alguns gargalos e que temos que enfrentar. Reforma e requalificação ZEIS Água Branca, execução da quinta etapa, obras a serem licitadas por SEHAB, e nós temos famílias lá no Auxílio Aluguel na Água Branca, que serão beneficiados com as unidades a serem construídas lá. Aqui fotos da operação, essa aqui é a Água Espraiada, a Água Espraiada nós estamos trabalhando, a gestão está

trabalhando, a Prefeitura está trabalhando para conseguirmos liberar o novo leilão. A SEHAB hoje tem um lote aí com 23 áreas mais ou menos, somando essas duas áreas, quando você vê o Grupo III SEHAB, somando essas duas áreas, estamos falando aí de 2000, quase 2500 unidades, sendo que já estamos com projeto pronto de uma parte delas, 811, e só esperando de fato termos o leilão para que possamos licitar obra e começar construir. Pode passar, por favor, operação Zona Centro tivemos há pouco tem agora uma reunião que envolveu inclusive Societade Civil e tal, nós iniciamos o Censo de Cortiços, em novembro iniciamos, e temos a previsão de até dezembro de 2022 encerrar esse Censo, é um Censo bem qualificado, vai trazer resposta importante para nós, e principalmente formularmos planos de ações efetivos para essa região, que é um passivo antigo da cidade, que precisamos tratar com a devida atenção, tem uma metodologia bacana, com participação social, então vamos falar bastante aí do Censo de Cortiços. Pode passar, aí é Faria Lima, nós temos lá, a SEHAB tem o Coliseu, que está com obras em andamento lá na operação Urbana Faria Lima; temos a urbanização do Jardim Panorama. A operação Faria Lima é uma operação que o problema não é dinheiro, mas precisamos, tem bastante projeto para ser executado lá, nós também estamos olhando com carinho para essa operação urbana, em breve nós teremos novidades. E o Pode Entrar, nós temos aí uma proposta de 6.500 cartas de crédito emitidas para 2022, acreditamos com o andamento aí do programa consigamos e vai beneficiar muito as famílias que está há tempos esperando por esse atendimento. Vamos começar com o programa mulheres vítimas de violência, é um atendimento específico, devemos anunciar no dia 08 de março, ainda a ser confirmado, pelo Prefeito Ricardo Nunes, esperamos dar início nesse processo da Carta de Crédito ainda no começo de março. Aqui um pouquinho das novas construções, então temos a regulamentação do Decreto que regulamentou, e a Portaria que regulamentou o Pode Entrar Entidades e o Carta de Crédito. Nós temos aqui, estamos operacionalizando para contratação imediata das obras dos chamamentos de entidades. Nós temos aí no nosso radar 1.635 unidades que estão prontas para contratação imediata, e mais 1.574 unidades que tem pendências mínimas, e que imaginamos que nós também consigamos contratar ao mesmo tempo aí das que já estão sem pendência, totalizando aí 3209 unidades a serem contratados. E obviamente que as outras entidades que ainda não estão nesse patamar de contratação imediata ou de pendência mínima para ser contratada, que conforme forem conseguindo solucionar esses problemas, são questões muitas vezes dentro do projeto, ou às vezes são questões a serem resolvidas pela Secretaria, pela COHAB, conforme isso for sendo resolvido, nós vamos incluindo no Programa, vai ter período para acessar o projeto, vai ficar aberto para adesão dessas que já participaram do chamamento. E outras demandas, foi aquela foi aquela fala que o João fez no começo, contando que temos os projetos do FAI, que foram revalidados, que estamos operacionalizando, hoje 2336 unidades com possibilidade de contratação imediata também. Então, estamos falando de contratar aí 7.325 unidades já disponíveis aqui, sendo que podemos chegar com previsão de entrega até 2024, essa de entidades e também essa que estamos chamando de FAI. Pode passar. Locação Social, estamos também trabalhando nesse projeto, nós apresentamos alguns projetos aqui para vocês, tanto o PPP, quanto o chamamento, e aí conforme formos avançando, teve período de consulta pública, foi dado um prazo para manifestação, foi solicitado durante consulta pública um prazo para melhor contribuição, ainda está caminhando lá, em breve vou publicar o Edital e quando tivermos o resultado do Edital, das ofertas, nós devemos voltar a conversar com todos aqui. Ele aqui fala de revezar no Matilde, mas na verdade ainda temos que regulamentar dentro do Pode Entrar o Locação Social, também foi objeto lá de Lei dentro do Pode Entrar. Pode passar. A PPP, um pouquinho só para justificar aqueles números que passamos, temos aqui quais estão prontas, totalizam 3.857 UHs e gargalos que estão sendo tratados pela COHAB para podermos avançar aquelas outras 18 mil unidades. Só citando aqui alguns problemas para que possamos resolver e avançar com a contratação do restante das unidades que não estão previstas esse ano, serem iniciadas, contratadas já foram. Pode passar. Só para título de informação, publicamos a Portaria 3 da SEHAB, credenciando empresas que têm imóveis elegíveis por Minha Casa Minha Vida, que tem empresas elegíveis que podem ser contratadas por Minha Casa Minha Vida, a SEHAB fez uma parceria com a Secretaria Estadual e esses beneficiários que recebem até 3 salários mínimos podem receber um subsídio do Estado, no valor de, salvo engano, 18 mil reais, é isso? Pode confirmar para mim? **Sr. Jabs**: É isso, para Capital é 18 mil. **Sr. Alcides**: Valor de 18 mil reais, além de subsídio do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, através dessa parceria Governo Estadual e Governo Municipal podemos também ter um subsídio de 18 mil reais. Já estamos credenciando as empresas, algumas delas já se credenciaram, estamos cuidando disso para que possamos atender o máximo de beneficiários do nosso chamado Grupo 1 do Pode Entrar também com esse programa da Nossa Casa. Pode passar. Mediação de conflitos. Isso nós incluímos no Plano Estratégico, essa foi uma apresentação que fizemos para o Prefeito para podermos falar da nossa atuação, principalmente do Grupo Técnico que está cuidando dos prédios do Centro, dos prédios ocupados, nós acompanhamos 51 prédios já há um tempo e estamos falando um pouco do que estamos fazendo, inclusive acho que tem uma planilha, não sei se é o próximo slide, aqui falando da situação. Pode voltar. Com essa avaliação, com esse monitoramento, classificamos os CREd como prioritários, os que têm condições mais degradadas, imóveis que já sofreram reintegração de posse, melhorias a serem realizadas, desocupação e desocupação pelo CONDEc, por ter uma visão de alto risco Imóveis que estão para o Minha Casa Minha Vida, que têm previsão de chamamento do Minha Casa Minha Vida, ou que já viraram ou vão virar chamamento do Pode Entrar, e alguns imóveis que ainda estão aguardando serem vistoriados. Aí sim tem a tabela que dá uma dimensão disso. Nós temos os imóveis prioritários, que são esses 10 imóveis que abrigam 1.553 famílias, precisamos atuar nele, 6 que foram reintegrados, com 99 famílias, 6 que têm melhorias a serem realizadas, já até fizemos uma análise para ver o que podemos fazer do ponto de vista administrativo quando não se trata de imóvel, quatro que estão direcionados ao Minha Casa Minha Vida, 19 que ainda estão pendentes de atualização, ou seja, o que não conseguimos entrar para fazer vistoria ou que ainda está fora do Cronograma, imagino que esteja desatualizado isso aqui porque o pessoal está fazendo isso periodicamente, deve ter diminuído essa quantidade de imóveis em atualização aqui, depois podemos até enviar para eles uma planilha, conversar com o pessoal de Solução de Conflitos, enviar para os Conselheiros, mais detalhes dessa vistoria, aqui temos só a título de informação mesmo. Então aí totaliza os 51 prédios que eu falei. Se não me engano é isso. **Sr. Miguel**:Boa tarde a todos. Vou tentar ser bem breve, Júnior. Nós vimos de várias reuniões, até esperei que o André fosse fazer esse questionamento, que é sempre o André que faz, não sei se ele está na sala, mas todas as apresentações que serão feitas no CMH acordamos lá no passado de essa apresentação chegar antes para nós. Infelizmente, ou felizmente, todas as vezes acontece a mesma coisa, recebemos a apresentação que poderíamos receber um pouco antes, ver a apresentação, estudar. Infelizmente. É apresentada para depois chegar para nós. É um erro recorrente que já temos pedido aqui há bastante tempo para que isso chegasse antes, infelizmente chega no dia da reunião. É só isso, estou pedindo para fazer só essa correção. **Sr. Alcides**:Miguel, vou aproveitar, de fato o André sempre pontua isso. Eu sei que tem até inclusive, salvo engano, na resolução e vou falar por mim aqui, não sei se, vou até como Secretário Executivo do Conselho, se nosso Presidente depois quiser se manifestar, mas quando nós temos uma matéria de deliberação, eu imagino porque eu li lá o regu-

lamento, ele não fala isso, ele é bem genérico, mas quando temos uma matéria de deliberação faz muito sentido essa antecedência, de fato faz, porque se não, é pegó de surpresa, vou deliberar sobre uma coisa que eu tenho material que consigo formar uma opinião. Quando é simplesmente uma apresentação informativa, que não vai ter prejuízo nenhum eu te encaminhar depois e você trazer o que entender que não dá para discutir e não dá para questionar, você puder trazer a qualquer momento... porque não é nem uma questão de... vou falar como fala na minha cidade, não é nem uma questão de esconder o leite, é que ontem eu consegui despachar para o João essa apresentação, vamos mostrar isso aqui e tal, vou incluir isso aqui, o João pediu para incluir coisa que ele achou importante, por exemplo, ampliar, abrir um pouco mais o que estava de operação, coisas que o Secretário quis mostrar e que no dia-a-dia do Secretário teríamos que fazer uma apresentação há um mês para conseguirmos despachar com o João, para depois conseguirmos ajustar conforme ele quer e fica humanamente impossível trazerem-nos algumas questões. Obviamente, se for uma questão de deliberação eu acho invasivo demais propormos uma deliberação sem ter apresentado com antecedência essas questões, agora aqui é uma simples apresentação, vocês vão poder ter depois, entendeu? Vamos poder debater item a item a qualquer momento, marcar reunião, vocês conhecem o Ivan e eu também, nós não. Então, é só uma ponderação, porque toda vez que temos reunião isso é trazido e quando for possível obviamente vamos mandar. Mas essa, de fato, a Ana Maria Maluf inclusive pontuou “Júnior, eles vão falar isso”, o André ela citou inclusive, mas é só uma questão, só estou ponderando uma questão que podemos até deixar de acordo aqui, entendemos a manifestação de vocês, mas não vamos deliberar nada hoje aqui sobre esse tema que apresentamos, entendeu? Talvez poderia nesse sentido condicionar, se for uma apresentação que podemos, vamos tentar ter esse bom senso, é uma apresentação que não vai gerar nenhum constrangimento, nenhuma questão de deliberação, se conseguirmos mandar antes ótimo, esse é o mundo ideal, mas de vez em quando não dá, esse não é o caso, não foi possível. Não sei se nosso Presidente João Farias tem alguma coisa a considerar aí. **Sr. João Farias**: Não, está tudo certo, acho que você esclareceu e fica aí a sugestão, sempre que tivermos material e puder repassar para os conselheiros antes, vamos fazer, sem nenhuma dificuldade, Miguel. **Sr. Alcides**:Obrigado, gente. Miguel, não sei se quer falar alguma coisa, se não, considero registrado a sua pontuação. **Sr. Miguel**:Está certo. Mas assim, é um desejo que vem de longo tempo. **Sr. Alcides**: Sim. Entendemos, não fazemos de pirraça, pode ficar tranquilo. **Sr. Miguel**:Eu sei, Júnior. **Sr. Alcides**: É que nem sempre é possível mesmo. Obrigado até por dar a oportunidade de ponderar isso. Estava pensando nisso ontem. **Sr. Miguel**: Então, eu sei que às vezes muitas coisas chegam em cima da hora para vocês também, entendo isso, mas isso é uma reivindicação antiga. **Sr. Alcides**: Sim. **Sr. Miguel**: Indiferentemente se for deliberação ou não, conhecermos antes seria legal. **Sra. Fátima**:Boa tarde, Maria de Fátima dos Santos, Conselheira, eu tenho duas perguntas. A primeira, quando você colocou a questão de sanar a lista do Auxílio Aluguel, eu achei maravilhoso porque enquanto tivermos essa lista tão ampla de Auxílio Aluguel nós conseguimos construir menos casas aqui na cidade de São Paulo, eu achei bem importante, mas queria perguntar se vocês já têm previsto as áreas para construção para sanar essa lista até 2024. Essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta, na questão que você colocou que para a construção, que já sabe quais entidades estão aptas e vão entrar primeiro e as outras que não estão, inclusive eu solicito aqui até para o Secretário que façamos uma conversa com a Secretaria de SMUL, aí mudou de novo o Secretário, era o César e agora já é outro que não conhecemos, porque tem coisas absurdas, mínimas, que os técnicos estão... tipo um CEP da rua que não conseguiu localizar. Estava escrito Prefeitura Municipal de São Paulo, não estava escrito COHAB, coisas assim absurdas para não sair o alvará de construção das entidades. Então eu acho um absurdo, é um meio de falar que a entidade não entra na questão do Pode Entrar para construir, então solicito aqui que tenhamos uma reunião também, Secretário João, com o Secretário de SMUL para sanarmos algumas coisas, não só da minha entidade, mas de várias outras entidades que estão nessa questão também. Outra coisa, Júnior, quando você colca de atender a Carta de Crédito para algumas famílias que estão no auxílio aluguel, nós sabemos que têm várias famílias com auxílio aluguel que passa do salário, mas as famílias que recebem Auxílio Aluguel nem todas, bem poucas, vão entrar nessa Carta de Crédito, porque base de salário mais multa não passa de 3 salários mínimos, raramente... poucas famílias que recebem mais do que 3 salários mínimos e aí me preocupa como sai um financiamento desse aí, porque a pessoa não é uma funcionária pública, é uma trabalhadora que a qualquer momento pode ficar desempregada, ela entra em uma carta de crédito em um valor alto e depois não consegue pagar a prestação e vai voltar de novo para a rua e para assentamento irregular.**Sr. João Farias**:Júnior, só rapidamente fazer dois esclarecimentos. O primeiro, de que estou em tratativas com o Secretário de Licenciamento especificamente sobre o Pode Entrar Entidades, para que agilizemos as aprovações e destravemos os problemas que tem. Então quero dizer para a Fátima que estamos cuidando. Segundo, que a Fátima tem uma interpretação equivocada da Carta de Crédito, é importante sabermos exatamente o que é esse instrumento, porque é um instrumento importantíssimo. A Carta de Crédito, Fátima, não necessariamente vai ser entregue apenas para quem tem condições de pagar prestações, ela é híbrida, tem várias modalidades, se você se atentar inclusive ao decreto vai ver que o decreto fala de Carta de Crédito Parcial, fala de Carta de Crédito com subsídio total, vai depender das características da pessoa que vai receber a Carta de Crédito. Por exemplo, nós vamos começar com as mulheres vítimas de violência, se a mulher vítima de violência que vai ser atendida na Carta de Crédito não tiver a capacidade financeira de pagar a prestação ela vai receber a Carta de Crédito na sua totalidade. Então a Carta de Crédito é um instrumento que vai funcionar da mesma forma que vai funcionar o pagamento das prestações nas Entidades, vai funcionar de quem está no Auxílio Aluguel, de no máximo 15% da renda da família, não será maior do que isso, até porque a Carta de Crédito é o instrumento que vai ser entregue pela COHAB, então não tenha essa avaliação porque é uma avaliação equivocada. Não existe restrição para acesso à carta de crédito. Claro que não vamos usar esse instrumento de forma maciça porque temos outras formas de atendimento através das entidades, através da demanda da Prefeitura, mas quando for usado vai levar em consideração a capacidade financeira de cada pessoa, que não é impeditivo para ela receber a Carta de Crédito. Na verdade, é um instrumento necessário para saber quanto ela vai necessitar para adquirir uma unidade habitacional, está bom? É isso, Fagotti? **Sr. Alcides**: É isso. Ela questionou também se com a proposta de erradicar a lista do Auxílio Aluguel se já temos os terrenos, mas justamente pretendemos com os novos instrumentos do Pode Entrar, que é tanto a Carta de Crédito, quanto a possibilidade da aquisição, ou obras nossas, então necessariamente vamos precisar ter o terreno em si. **Sr. João Farias**: Isso aí, perfeito. **Sr. Alcides**: Eu acho que em breve também, João, acho que podemos trazer aqui um pouco daquele workshop que vamos fazer interno para elucidar para eles aqui também, porque fica um negócio claro aqui para todo mundo dos instrumentos que temos de política habitacional a partir do Programa que estruturamos aqui juntos, inclusive, com eles. **Sr. João Farias**:Sim. **Sr. Manoel**:Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Manoel dos Santos Almeida, estou representando MDF, suplente da Mariza. Eu vi toda a apresentação que foi feita sobre a questão do orçamento, planejamento para esse ano, só queria fazer uma colocação, uma pergunta talvez, vocês falaram sobre questão de urbanização, de regularização fundiá-

ria, eu queria saber se a Secretaria para esse ano tem algum programa para urbanização de favela ou melhoria nas favelas. Porque não vi falar nada sobre isso nesse orçamento e no planejamento para esse ano. Eu queria ouvir, saber se a Secretaria tem algum plano de urbanização ou melhoria para as favelas de São Paulo. **Sr. Alcides**:João, quer responder?**Sr. João Farias**:Não, na verdade passou aí, nós apresentamos, estamos com várias intervenções em várias comunidades da cidade. Vou dar um exemplo objetivo, estava na planilha, talvez o Manoel não prestou atenção, estamos canalizando o córrego do Tonico na Favela do Paraísoópolis, na comunidade Paraísoópolis, que é uma reivindicação de mais de 40 anos. A Prefeitura já iniciou as obras, inclusive estamos num processo de remoção das famílias que estão em cima do córrego. E igual ao Tonico tem tantas outras em andamento na cidade, como por exemplo, na região dos mananciais na Zona Sul já temos uma série de intervenções no Cantinho da Paz, no Bacuri, temos na Zona Leste, na região do Parque das Flores, vamos iniciar em breve outras intervenções em outras comunidades de São Paulo, continuando o foco agora, é importante lembrar que não é só Habitação que faz urbanização na Cidade de São Paulo, inclusive o grande foco dessa ação é através da Secretaria de Infraestrutura e Obras, a SIHURB, mas a SEHAB vem fazendo em várias comunidades e vamos continuar fazendo.**Sr. Alcides**:Legal. Pessoal, só vou pedir aqui, eu me desatentei aqui, temos outra pauta importante para tratar hoje, que é a de Regularização Fundiária, então acho que precisamos dar uma acelerada aqui, vai ficar densa a pauta novamente aqui, não há prejuízo de voltarmos com alguns dos temas, mas para podermos dar uma aceleradinha. **Sra. Mariza**: Você falou, Júnior, sobre a questão da Regularização Fundiária e a minha pergunta era justamente nessa pauta tão importante após a apresentação do Planejamento, então todos os meus companheiros que fizeram perguntas antecederam a minha preocupação, a questão da apresentação e a questão da Carta de Crédito, então eu vou aguardar você falar da Regularização Fundiária, que é um tema muito importante, muito preocupante, porque moro em um conjunto que ainda não é regularizado, então vou aguardar você apresentar a próxima pauta, está bom? **Sra. Paula**: Um pouco em relação à apresentação, acho que se estávamos discutindo se seria interessante mandar antes, eu acho que é mais para podermos alimentar a discussão, olhando muito rápido assim podemos que é um pouco difícil, você apresentou eu acho que em 15 minutos, Júnior, e é muita informação. Então fica vago até a discussão, porque de fato tem coisas novas que não foram passadas e é o Planejamento de 2022, então uma sugestão, se não der para mandar antes a apresentação, aí acho que a pauta da reunião tem que ser só a apresentação, porque é uma apresentação maçante. Tem bastante informação aí que eu acho que seria interessante discutirmos juntos. **Sr. Alcides**: Eu acho que vamos mandar obviamente para vocês depois a apresentação. **Sra. Paula**:É que daí vai voltar, Júnior, e vamos ter que fazer uma nova reunião ordinária. **Sr. Alcides**:Acho que poderíamos, conforme todo mundo vai receber, e podemos fazer reuniões pontuais conforme o desejo, ou tirar dúvidas por e-mail, por telefone, enfim, eu sei que o ideal era isso, eu também não sei se nós esgotaríamos se mandasse antes, Paula, teria que apresentar do mesmo jeito e teríamos que debater do mesmo jeito.

**Sra. Paula**: É que poderia ser uma apresentação só disso, já que tem bastante informação, por exemplo, eu fiquei com dúvida em relação ao que você falou, que inclusive é uma parte nova, em parceria com o Estado em relação ao Nossa Casa. Está dizendo que é uma parceria, que tem objetivo de subsidiar o acesso às famílias de baixa renda, mas promovida pela iniciativa privada. É isso?

**Sr. Alcides**:**Sra. Paula**:Se não for iniciativa privada, não tem a possibilidade de entrar com essa parceria?

**Sr. Alcides**:Esse programa específico que conveníamos, ele é para subsídio de empreendimentos que foram financiados via Caixa para o Minha Casa Minha Vida ou Casa Verde e Amarela, dependendo do tempo, entendeu? O que fazemos é, abrimos a possibilidade de esses empreendimentos cadastrarem com a Prefeitura e nós informamos para o Estado esses empreendimentos cadastrados, se eles atenderem os requisitos do beneficiário, que é até três salários mínimos, o beneficiário pode receber um subsídio de 18 mil. O Programa vem engessado, nós só formalizamos. **Sra. Paula**:É que não sei se teria como, acho que é uma discussão para tentarmos desengessar, porque quase todos os empreendimentos para as famílias de baixa renda, 0 a 3, são dos movimentos de moradia, muitos deles não estão com a iniciativa privada. **Sr. Alcides**: Poderíamos falar que está. **Sra. Paula**: Que é do Minha Casa Minha Vida, que inclusive por conta da pandemia são empreendimentos que não estamos conseguindo concluir, porque enfim, está tudo com uma inflação altíssima, não tem reajuste e são empreendimentos que de fato faria diferença ter esse recurso, porque está bem difícil. Eu achei assim, ser só para iniciativa privada atende um número bem pequeno de famílias, sendo que as que estão com o Movimento de Moradia é muito maior. **Sr. Alcides**: Vou pedir, Paula, para o Jabs que está aqui nos assessorando, que é nosso Coordenador do DEPLAN, que foi quem armou isso com o Estado, toda a parte de formalização, ver se vale a pena uma reunião, porque para esse ano o Projeto já foi publicado, já tem contrato assinado com a Caixa e eu li o contrato e é super engessado. Ele veio pronto. Mas talvez para uma nova edição incluir esse edital, porque faz sentido, vocês estão atendendo o mesmo público de fato. Quem sabe podemos conversar com eles lá e ajudar nessa ponte. **Sra. Verônica**: Boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar o Secretário e o Alcides Júnior, quero falar duas coisas só, emendar a questão da Paula, que é o seguinte, Alcides, você mesmo já sabe, porque eu estive aí chorando no seu colo, já chorei no do João Farias, do Orlando, por conta do São Francisco do Lajeado. Amanhã eu tenho uma reunião com a consultora que fez o orçamento e vamos nos inscrever, porque 18 mil reais é o que conseguimos terminar o São Francisco do Lajeado. São 252 famílias, eu acho que isso tem um peso na conta da Secretaria, tanto do Município quanto do Estado, e nós entramos no Ministério Público Federal contra a Caixa Econômica porque nosso projeto não andava de forma nenhuma, nós já estamos finalizando a revisão do orçamento, hoje fica em torno de 20 milhões para terminar o São Francisco, nós temos uma parte do dinheiro em conta e faltaria exatamente 18 mil por família para terminar. Nós vamos amanhã sentar com a construtora e vamos ver, porque aqui tem uma parte que diz que tem entidades, eu agora como não enxergo direito não consigo dizer a folha exatamente, entendeu? Mas é um ponto que nós vamos nos inscrever e pedir ajuda para vocês. **Sr. Alcides**:Eu acho que são programas diferentes, é o mesmo nome, com instrumentos diferentes dentro do programa, mas se pudermos ajudar, pode contar conosco, o Jabs está aqui, depois ele coloca o e-mail dele no chat, vocês mandam para ele, já agendam com ele e ele ajuda a dialogar. **Sra. Verônica**: Vou pedir para você me mandar, porque não sei mexer nesse tal chat. Está certo? **Sr. Alcides**: Ele manda, pode ficar tranquila. **Sra. Verônica**: A outra questão que eu queria falar é da Carta de Crédito, vai ter participação das entidades? Por exemplo, nós temos pessoas na entidade que já estão no São Francisco conosco, ou fora do São Francisco, que já está chegando aos 80 anos, como vai fazer com essas pessoas? Vai chegar e falar assim “Você ficou aqui conosco 10 anos e nem nós nem o Governo construímos”, e agora, o que você faz com elas? Então eu gostaria de ter uma reunião, ou com você, ou com João Farias, para discutirmos essa questão da Carta de Crédito, eu acho que faz toda diferença, eu trabalhei com a Carta de Crédito da época da CDHU do Parque Bide, consegui atender mais de 3 mil famílias encortçadas, então temos esse campo para poder trabalhar. Outra questão, quero falar sobre Operação Urbana, na segunda-feira tivemos reunião da CMPU e ao longo desses anos que não foi revisado o Plano Diretor, entrou muito dinheiro e aí, o que foi feito com esse dinheiro? O

valor que está aqui para Habitação das Operações Urbanas no meu ver é muito pouco, mas acho que é como você falou, isso é algo que tem que discutir ponto a ponto. Porque vamos discutir isso no Plano Diretor, você sabe disso, estamos discutindo na CMPU e é um ponto que vai pesar muito. Onde se aplicou esse dinheiro em moradia, entendeu? Já deixar bem claro essa questão. E a questão do Pode Entrar é mais a questão que a Fátima falou de aprovação de projeto, estamos esperando o Comuniquê-se da Secretaria de aprovação há mais de um mês e até agora não saiu, como aprovamos projeto, pelo amor de deus? Então tem que ter essa ponte que o João Farias falou para poder nos ajudar a andar com esse negócio, porque se não, não anda, não vamos construir nada. Essa é minha fala, obrigada por enquanto. Sr. Alcides: Obrigada, o Jabs já colocou no chat. Sra. Verônica: Está bom, vou pedir para alguém me ajudar. Sr. João Farias: Júnior, para não ficar nenhuma dúvida, não será utilizado Carta de Crédito com entidades. Está bom? Sra. Verônica: Entendi, mas vamos poder, por exemplo, a entidade não vai ter a Carta de Crédito, mas nós podemos encaminhar algumas famílias para a COHAB ou para a SEHAB para serem atendidos? Sr. João Farias: A Carta de Crédito vai ser utilizada para segmentos específicos, por exemplo, estamos começando com mulheres vítimas de violência. As mulheres vítimas de violência que estão no cadastro da COHAB e no cadastro da Secretaria de Direitos Humanos. Se eventualmente na sua entidade tiver alguma mulher nessa situação e que está cadastrada na COHAB ou na Secretaria de Direitos Humanos ela vai ser atendida, mas não existe nenhuma ferramenta para você mandar pessoa da sua entidade se cadastrar na COHAB porque não necessariamente vamos utilizar sempre o cadastro da COHAB para isso, está bom? Sra. Verônica:Entendi. Cortou bastante a fala do senhor, mas entendi. Sr. Alexandre: Secretário, uma questão de ordem. Sr. Alcides:Alexandre, você vai ter o direito da palavra. S. vou seguir a ordem, mas já considerando sua inscrição. Samira. Sra. Samira: Boa tarde. Vou só aumentar o coro referente a recebermos esse material só depois da reunião, porque é um material, até agradeço, é bem importante conseguimos ver a política como um todo porque muitas vezes trabalhamos aqui dentro do conselho com projetos específicos e poder ver o todo é muito importante. E precisa de um certo tempo para digerir, analisar, poder comparar com dados que se tem e eu acho que se tivéssemos recebido, certamente estaríamos fazendo uma discussão muito rica, porque acho que muita gente tem muitas questões referentes aos sistemas que foram colocados. Passando essa questão, de tudo o que vocês colocaram, coisas que me pegaram muito, foi referente às Operações Urbanas, como a Verônica colocou, já acompanhei bastante as operações e desde 2016, quando parei de acompanhar, até agora, eu vejo que saiu praticamente nada. Até me assistiu o número de terreno desapropriados que você citou, alguma coisa de vinte e poucos, porque, isso em 2016 quando eu tinha dados mais atualizados, tínhamos mais de 60 terrenos desapropriados na região da Operação Urbana. Sr. Alcides:Não, eu só citei o da SEHAB. Sra. Samira: É, são dos da SEHAB, os destinados HIS. Entre desapropriados e em processo, eles eram três grupos, mas isso, totalizando 60 e poucos, 67 ou 68, não lembro exatamente agora, mas que desses eu até queria saber quantos já foram construídos, poderia ser interessante de colocar, porque desde 2016 eu acho que vi apenas o Estevão Baião em processo, que eram 300 unidades, e pouco se viu, o da Água Branca e essas 700 unidades que estão sendo citadas, antes de 2016 já estavam em planejamento com projeto elaborado, recurso destinado, porque a Operação Urbana tinha esse recurso e até hoje não saiu, então eu queria entender porque desde então não aconteceu praticamente nada em relação às HIS das Operações Urbanas. Sr. Alcides: Acho legal depois mandarmos um relatório mais específico, ali colocamos atitude de apresentação e não de relatório, podemos mandar o relatório geral, que inclusive prevê unidades, por exemplo, Água Espraiada que tem unidades executadas por SIHURB e não por SEHAB, por uma definição da gestão da Operação Urbana e não tem unidades projetos sendo testados pela COHAB, então esses terrenos que você citou estão divididos em três grupos e cada um uma fase, tem inclusive projetos com obras já que estavam em andamento e que paralisaram por questões administrativas, processos judiciais e que estamos em fase de estar apto para poder retomar a obra, então depois encaminhamos, fica aí mais uma tarefa para o DEPLAN, encaminhar o relatório das operações urbanas um pouco mais detalhado para o Conselho. Sr. João Farias: Júnior, só a título de contribuição, tem algumas obras da Operação Urbana que estão em andamento, vou dar um exemplo objetivo aqui, o Coliseu, que é da Operação Urbana. Sra. Samira: Na Faria Lima. Sr. João Farias:Faria Lima, desculpa, onde tinha a Favela da Funchal, que estamos com previsão de entrega ainda esse ano, o mesmo ocorreu na operação urbana da Água Espraiada, nós entregamos o Estevão Baião no ano passado, que era uma obra que foi paralisada algumas vezes, a construtora lá quebrou, foi retomado na minha primeira passagem aqui, conseguimos entregar. O da Água Branca, a Samira deve se recordar, estava parado na Justiça, fez pouquíssimo tempo que a Justiça liberou os recursos da operação Água Branca, o projeto e a licitação da construção das 700 unidades só não saíram porque como é preço fechado acabaram encaminhando para a imprensa, saiu matéria na imprensa que falava o valor total do custo e consequentemente viciou a licitação, precisamos suspender para refazer o edital, realinhar os preços para manter a licitação a preço fechado, ela deve sair, no máximo em 15, 20 dias a COHAB deve solicitar essa licitação novamente. A Operação Urbana Água Espraiada está aguardando a nova venda de CEPAC, parece que agora conseguimos tirar do Tribunal de Contas e a Secretaria de Licenciamento e Urbanismo deve estar providenciando nos próximos dias a venda de CEPAC para retomar a construção das unidades que tem naquela região. Sra. Samira: João, posso tirar uma dúvida? Especialmente da Água Espraiada, porque da Água Branca realmente é uma Operação Urbana bem mais antiga, tinha já construído uma boa parte das HIS, mas da Água Espraiada se não me engano tínhamos 8 mil pessoas em auxílio aluguel, até o último dado que eu tinha. E tínhamos isso, 60 e tantos terrenos desapropriados, por isso me assusta quando ouvimos falar por exemplo que só Estevão Baião foi entregue nesses últimos anos, porque é um déficit gigante. Desculpa até meus dados desatualizados, mas é que eu realmente tinha um contato mais direto, mas tinha em torno de 1 bilhão para produção de HIS lá em 2016, por isso não entendo por que estamos esperando ainda fazer liberação de CEPAC agora se já tinha o recurso. Eu garanto que tinha, nós tentamos listar e não deu tempo, até para poder lembrar essas questões, mas tinha o recurso, eu não entendo o que aconteceu com esse recurso que era destinado à produção de HIS. Sr. Alcides: Esse recurso foi destinado para o Grupo 1, as obras se iniciaram e foram paralisadas e ainda estão paralisadas por questão judicial, então não gastamos porque não... não gastou e não dá pra devolver porque está presa nessa questão judicial. Sr. João Farias: Deixe-me acrescentar. Júnior, Samira, a Água Espraiada é um problema sério porque as empresas que prestavam serviço na Operação Água Espraiada quase na sua totalidade estavam envolvidas na Operação Lava-Jato. E a Prefeitura foi obrigada por determinação judicial a fazer o destrato dos contratos com todas essas empresas, os terrenos adquiridos inclusive para construção de unidades na Água Espraiada, você tem uma parte significativa deles que foi invadida hoje, porque as obras não aconteceram, o terreno estava vazio e sabemos o que acontece quando um terreno desse fica vazio. Eles foram ocupados, para retomar as obras hoje é preciso aguardar a venda dos CEPACs para voltar a ter dinheiro em caixa na Operação Urbana na Água Espraiada e começamos a retomar os terrenos que estavam invadidos para poder atender uma parte significativa dessas famílias que de fato estão no Auxílio Aluguel. Você tem razão, eu também não sei precisar se é 8 mil, mas é um número significativo de famí-

lias na região da Água Espraiada que estão no auxílio aluguel. Nós estamos na expectativa, não somos nós que cuidamos da operação urbana, de que esse imbróglie seja resolvido esse ano. Sra. Juliana:Boa tarde. Eu vi na apresentação que aparece esse resultado preliminar dos relatórios do CONDEC. Bom, primeiro que eu acho que isso tinha que ser uma pauta em algum momento de discussão aqui dentro do CMH sobre a situação desses imóveis ocupados que foram vistoriados, acho que precisávamos ter acesso integral aos relatórios e aos apontamentos que têm sido feitos em relação a esses imóveis e também precisamos discutir o que vai ser feito para alternativas a essas famílias que estão no local, quais imóveis vão ser reformados, quais deles têm a potencialidade de entrar no Pode Entrar, quais deles serão desocupados e qual tipo de atendimento que vai ser dado a essas famílias. É a primeira vez que eu vejo publicamente essa informação, então acho que precisamos tratar disso com mais tempo, com mais clareza, com mais informações, também para entendermos o que significa esses prioritários, que aparentemente são as situações mais graves que foram verificadas aí. Trazer de repente esse grupo técnico que analisou as vistorias para podermos discutir, mas me preocupa existir ali uma sugestão de desocupação desses imóveis, porque quando esse grupo técnico foi constituído o compromisso inicial era de que não se trabalharia com a hipótese de desocupação. Realmente eu acho bem preocupante essas legendas, esses apontamentos que surgem aí. eu faço aqui uma sugestão, que fique registrada, Alcides e Secretário, para que isso seja tratado de forma aprofundada numa reunião do conselho, para podermos deliberar inclusive sobre algumas coisas. É isso. Sr. João Farias: Juliana, esse assunto vem sendo tratado e dialogado aqui na Secretaria constantemente com o GT que foi criado para acompanhamento dos prédios ocupados no Centro e eu tive semana passada uma reunião aqui na Secretaria com o Vereador Eduardo Suplicy, mais uma comissão de líderes de movimentos de moradia que têm prédios ocupados aqui no centro, estamos em pleno diálogo, esse material é de amplo conhecimento deles inclusive, o que está indicado para remoção são prédios que não caíram ainda porque estão sendo segurados pela mão de deus. Simples assim. Dos 51, temos 10 prédios que não caíram ainda porque estão segurados pela mão de Deus, o estado deles é crítico, infelizmente são prédios inclusive que os movimentos de moradia têm pouquíssima intervenção, a maioria desses prédios sequer tem participação dos movimentos de moradia organizados. Os prédios que estão ocupados pelas entidades e movimento de moradia estão em situação infinitamente melhor do que esses 10 prédios que estão sendo indicados para fazermos uma intervenção imediata de remoção das famílias porque estão na iminência de acontecer uma tragédia como aconteceu no Milton Paes, não tem nenhum outro motivo para fazer a remoção dessas famílias que não seja esse, tanto é que de 51 tem apenas 10 citados nesse estado e nenhum dos 10 tem acompanhamento do movimento de moradia organizado aqui de São Paulo. Estamos tratando com o GT, estamos tratando isso com o Ministério Público, estamos tratando diretamente com o Prefeito, assim que ele tiver uma posição objetiva, não temos nenhuma dificuldade em levar essa discussão para dentro do Conselho, mas existe um grupo, inclusive que envolve lideranças do movimento de moradia, participando de forma ativa disso. Vou citar aqui o Osmar, que é um deles, vou citar o GG, que é outro deles que esteve aqui na reunião junto com o vereador Suplicy. Então não é verdade que essa discussão é uma discussão interna. Sr. Alcides:Tem o Gaspar Garcia também, né, Secretário? Sra. Juliana:Eu entendo, João, inclusive lá pelo Centro Gaspar Garcia nós acompanhamos várias dessas ocupações que estão apontadas como sugestão de desocupação e que também estão nesse grupo prioritário, eu estive na reunião esses dias com o pessoal do mandato do Suplicy, mas a questão é a seguinte, eu acho que ainda que as lideranças estejam acompanhando essa discussão, tem procedimentos que não podem ser suprimidos, então tem que ter o conhecimento direto da população que vai ser atingida. Eu entendo que os movimentos têm participado dessa discussão, mas as famílias que estão nesses imóveis eu sei que os grupos têm ido, que têm apontado a necessidade de melhoria, mas exatamente pelo fato de não terem organização de movimento e alguns têm uma situação bem complexa, realmente, mas não podemos perder de vista que tem pessoas que moram nesses locais e essas pessoas não têm outras alternativas. Também acho que houve até um comentário no chat, desculpa, estou no celular e não estou conseguindo ver direito, mas uma das coisas que ficou evidente para nós na reunião que tivemos do núcleo é que não há um laudo para essas edificações, então eu entendo a preocupação do Poder Público, entendo a complexidade dessa questão, mas acho que tem alguns procedimentos que precisamos ter o cuidado de seguir. Então a minha sugestão de que isso seja em algum momento ponto de pauta para discutirmos aqui é justamente para ver em que pontos têm sido adotados os cuidados para que não intensifiquemos a vulnerabilidade de algumas famílias que estão envolvidas nessa situação. De novo, entendo, João, sei que tem sido feito esforço inclusive de diálogo com algumas lideranças, mas de novo, entendo que o diálogo com as lideranças não exclui a necessidade de conhecimento prévio, total e consciente ali das famílias que são envolvidas, muitas dessas áreas não têm realmente interferência dos movimentos, e isso mostra uma vulnerabilidade ainda maior, eu acho que o movimento tem mais condições ainda de buscar alternativas que as famílias que estão em uma situação de desorganização não têm. Por isso faço essa sugestão de que aprofundemos essa discussão aqui no Conselho, entendo que tem muitos atores envolvidos e espaços que eu acho que isso está sendo discutido, mas que isso não nos afaste de pensar o que de fato vai representar a desocupação de alguns prédios, lembrando que alguns desses prédios são particulares, possuem dívidas altíssimas, nós temos agora recém aprovado, que é até um dos pontos de pauta aqui, uma legislação que regulamenta a aplicação de alguns instrumentos, nós temos instrumentos importantes que a Prefeitura poderia aplicar, ainda que não seja possível a permanência dessas famílias, há instrumentos que possibilitariam que a prefeitura viabilizasse habitação nesses locais. Enfim, acho que pensamos um pouco de forma mais ampla nessa situação que eu sei que é complexa, mas que também exige soluções complexas. Sr. João Farias: Juliana, já estamos utilizando a Lei de Regularização Fundiária e o Instituto de Arrecadação para se apropriar de alguns desses prédios. Agora, são procedimentos que você conhece a formalidade e a burocracia, mas já estamos fazendo isso, o problema é que esses prédios se encontram numa situação crítica, também estamos preparando material para que possamos fazer laudo técnico estrutural de cada prédio desse e não está programada nenhuma reintegração nesse momento e nós não procuramos as famílias ainda porque não chegamos na finalização do material técnico que necessitamos para embasar inclusive a Prefeitura do ponto de vista legal, então tudo isso que você colocou aqui está sendo feito na Secretaria internamente, inclusive a utilização desse novo instrumento, que é o Instituto da arrecadação que está garantido na Lei de Regularização Fundiária, que já identificamos alguns prédios que podem ser atingidos de forma bem objetiva por esse instrumento, estamos nos procedimentos formais agora, no momento certo não tenha dúvida nenhuma que vamos discutir isso com o GT e com o Conselho Municipal de Habitação. É que precisa fazer algumas coisas antes de marcarmos uma reunião para tratar desse assunto porque vocês vão fazer um monte de pergunta que vamos falar que não dá para responder agora porque estamos terminando de fazer, boa parte delas inclusive você já fez aqui, quero você saiba que estamos cuidando e em breve vamos ter uma posição muito mais esclarecedora em relação a isso, está bom? Sr. Alcides:Prova disso é estar no nosso planejamento, porque apresentamos o planejamento e vai ter plano de ação para cada um desses casos aí. Obrigado, Juliano. Eu vou fechar

as inscrições para esse tema aqui, tem mais três inscritos, porque ainda precisamos falar do outro tema. Darcy agora. Sr. Darcy: Eu só queria pedir para o Secretário João Faria, se poderia nos receber, uma audiência, uma hora ou menos que isso, para podermos conversar sobre proposta de moradia que eu acho que vai ser muito interessante também para a Secretaria de Habitação, aí nós encaminhamos os e-mails para a Graça e eu queria ver sua disponibilidade para nos receber, por gentileza. Sr. Alcides:Não sei se o João deu uma saída, mas eu faço esse encaminhamento com a Graça e com ele, está bom? Sr. Nunes: Boa tarde pessoal. Eu tinha uma pergunta na verdade sobre a questão da apresentação dos prédios, que a conversa com a Juliana já me esclareceu, eu não tinha entendido o que era os 10 prioritários e qual era a questão. São os dez aí que segundo avaliação de vocês e do João, só Deus para não cair. Sr. Alcides: Traduziu o laudo, na verdade. Sr. Nunes:Depois eu queria endossar o pedido, acho importante, independentemente da discussão que está rolando no GT, com vereador e tal, eu acho que é importante sim fazermos uma avaliação, uma conversa, trazer para o CMH esse debate que está sendo feito de forma bastante forte pela Secretaria junto com o mandato do Vereador. Da relevância de fazer, porque tem os 10 que estão numa situação mais crítica, mas tem uma série de outros que a Defesa Civil está indo em campo, eu entendi que a Secretaria não está acatando nesse momento, mas que a Defesa Civil indicou a remoção porque foram lá, avaliaram o prédio e as melhorias foram feitas. A avaliação que fazemos já vem de algum tempo, é que são prédios que necessitariam de algum tipo de política pública, e são melhorias que entendemos que não estão contempladas no Pode Entrar e em programas de previsão habitacional. Eu acho que seria importante dialogarmos sobre isso, penar em como viabilizar esse tipo de melhoria aqui no CMH, dentro da Prefeitura. Sr. Alcides: É mais ou menos a condição que estamos imaginando, Nunes. Por último, André. Sr. André:Mas preliminarmente uma questão de ordem, fazendo coro aqui com o Miguel, é importante o envio de todos os relatórios e apresentações porque no Artigo 3º da Lei que regulamenta o funcionamento do Conselho Municipal de Habitação está entre nossas competências acompanhar e avaliar a gestão econômica, social e financeira dos recursos e desempenho dos programas e projetos aprovados. Então isso é uma competência que também está no Artigo 3º da questão da fiscalização. Outra questão, nós poderíamos classificar as intervenções dos próprios conselheiros. Logicamente que diante da pauta, porque tiveram assuntos aqui do CMPU que foram tratados aqui no CMH e estão fora da pauta. Porque eu defendo, só para os companheiros, que possamos limitar nossas reuniões entre duas horas e meia, três horas no máximo do máximo. Porque se não, também acaba perdendo sentido. A questão também que achei bastante interessante foi a intervenção da doutora Juliana Avancini, do Centro Gaspar Garcia, precisamos até da criação de um GT de forma oficial pelo Conselho Municipal de Habitação porque essa é uma questão pública, não pode ser “Dez pertencem ou estão sendo defendidas ou estão sendo abordadas pelos movimentos”, mas nós temos outros casos que são de interesse da cidade e até de uma política para abordagem dessa temática, então acho que é importante a criação de um GT para que nós possamos ter o respeito ao princípio da publicidade, da impessoalidade, então poderíamos ter uma interlocução maior. E também em relação à apresentação, Júnior, assuntos específicos, a questão é o seguinte, sobre o Auxílio Aluguel, saiu uma nova portaria revogando parte da Portaria 131 de 2015 sobre as áreas de risco, então seria importante abordar essa nova leitura da Portaria 131 para esse esclarecimento. Então seria importante até na pauta ter essa questão de informações sobre essas modificações de portarias. Sobre a questão também do Nossa Casa, também saiu uma portaria de adesão, que na verdade pelo que entendi aqui toda a competência, o Município só vai receber, só vai indicar para o Estado e o Estado que vai escolher e selecionar os empreendimentos e também as empresas de acordo com o que está na normativa estadual. Sr. Alcides: Só uma correção, André, o Estado não vai selecionar, uma vez ele sendo elegível, ok, ele tem que... se ele alcançar todos os requisitos que são propostos pelo Estado ele já está selecionado, não tem exclusão. Sr. André:Está bom, porque o decreto estadual, desculpa falar, não é tão claro em relação a isso que você acabou de falar, Júnior, por isso a minha dúvida, inclusive até quando foi inaugurado esse programa lá no Palácio dos Bandeirantes em 2020, salvo engano, então ficou essa questão aí. A questão da regularização fundiária e urbanização, ficou uma pequena dúvida aqui para mim, no caso eu sempre defendi a separação da Regularização Fundiária de duas situações, primeiro a questão dos empreendimentos da COHAB e CDHU, porque isso acaba insuflando os números e nós não conseguimos ter uma ideia melhor, porque isso é um passivo de outras administrações que não fizeram o dever de casa de entregar uma moradia devidamente regularizada. Então foi aí o famoso “me engana que eu gosto”, meia-boca, para usar um termo chulo, desculpa, você deu risada, mas é mais ou menos isso. Quanto à questão da urbanização, foi outro ponto também que ficou e deixou uma dúvida, porque também não ficou separado as questões que serão tratadas pela questão da Secretaria de Projetos e Mananciais, no seguinte termo, essas unidades habitacionais da Secretaria de Mananciais têm alguma coisa a ver com a urbanização, com deslocamento de famílias que não poderão ser urbanizadas e regularizadas, ou serão projetos independentes? Porque temos a portaria 93, em que o Secretário de Habitação deu algum poder administrativo para a Secretária Elisabete França, eu acho que ela deveria fazer uma apresentação aqui no Conselho. Então essa é a questão que cabe esclarecer, se essas unidades habitacionais serão para receber essas famílias de obras de urbanização que estão em áreas de risco nas áreas de mananciais. Então é bastante importante essa diferenciação. Outra diferenciação bastante importante, Júnior, que fiquei sabendo por você, mas não consegui encontrar a normativa, nem portaria nem nada, é a questão dos assentamentos precários que têm decisão judicial, principalmente aqueles que já tem alguma liminar ou especificamente coisa julgada, eu acho que deveria ter um apontamento especial para esses assentamentos precários de urbanização na questão desse plano de metas, porque a decisão judicial tem que ser cumprida, sob pena até de improbidade, então é uma questão bastante importante. Também faço coro aqui, Júnior, que envie uma publicidade através de e-mail para os conselheiros a questão daqueles assentamentos que estão no programa de metas, então acho que é importante ressaltarmos essa situação porque vamos tirar qualquer dúvida, isso é bastante. Sr. Alcides: Vamos ter a apresentação agora da regularização. Sr. André: Pelo que entendi da pauta, seria somente a questão da Lei e sua regulamentação, para não fugir muito do assunto aqui. Outra situação que eu ouso discordar de outros conselheiros, sobre a questão do Auxílio Aluguel, dá impressão que o Auxílio Aluguel não, Auxílio Aluguel para uma cidade de 11 milhões de habitantes, se você for levar em consideração isso, 60 mil pessoas morando na rua, eu acho até que são poucas famílias, o problema todo é a questão da origem dos recursos, eu acho também que a Secretaria de Assistência Social e outros recursos, até a criação de um fundo, porque é espantoso que algumas subprefeituras em situação de área de risco não tenham nenhum mecanismo para atender algumas famílias em estado de emergência, como Auxílio Aluguel, seria uma questão bastante importante para que pudesse liberar, obviamente com a devida razoabilidade, um supervisor de habitação das subprefeituras da capital, então acho que seria um instrumento bastante interessante, principalmente nessa questão de áreas de risco, temos várias áreas de risco. Então basicamente é isso e espero que as documentações sejam enviadas para que possamos, se não, fica um show de números e fica um pouco complicado, nós queremos detalhar um pouco mais e qualificar o debate através desse material a

ser enviado para os Conselheiros. Está bom? Espero também que seja feita uma apresentação especial para tratar desses prédios, conforme bem colocou e foi bastante enfática, a Dra. Juliana Avancini. Sr. Alcides: Pessoal, eu tinha encerrado aqui a discussão, que precisamos avançar na pauta. Quería ver com a Maria Helena se é possível deliberarmos sobre a pauta anterior, voltar ao primeiro ponto, e aí o tempo mais livre para o nosso Coordenador de Regularização Fundiária, que deve fazer a apresentação aqui. Foi enviado para todos Conselheiros, a Maria Helena se quiser assumir a palavra. Sra. Mª Helena: Rogério, por favor, passe para a Pauta. Aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária do CMH de 16/12/2021. Sr. Alcides:Todos receberam? (Falha na transmissão) Sra. Sílvia: Nós apreciamos alguns aspectos, que vamos colocar aqui na apresentação, como a compatibilização da gestão municipal, a nova Lei Federal, atendendo às nossas necessidades, então que nossas leis eram muito divergentes e muito contraditórias e não conseguiríamos construir e aplicar a Lei Federal se não construirmos nossa Lei Municipal de Regularização Fundiária. Para isso também precisávamos de uma aprovação ambiental de regularização fundiária pelo Município no âmbito da SEHAB, titulação por meio de legislação fundiária em áreas públicas, porque era uma coisa que não conseguiríamos fazer, maior integração entre órgãos externos e internos, regularização de empreendimentos habitacionais, que foi sempre um entrave aqui na Prefeitura, sempre tivemos muita dificuldade, tanto que temos milhares de empreendimentos habitacionais construídos já na década de 90 e apenas dois temos regularizados, o resto está em irregularidade. Regularização da edificação por meio de condomínio urbano simples, direitos de laje, vincular assessoria técnica no caso de REURB S, isso vai ser futuramente, e vamos tratar isso também numa legislação mais específica. A criação de um código de postura ou afim para limitar o direito de laje e condomínio urbano simples e regulamentação do instrumento de locação de imóveis. Próximo slide, por favor. Então ao longo de 2019 e 2020, junto com os conselheiros do CMH e o GT de trabalho de regularização fundiária, começamos a elaborar uma minuta do projeto que foi a base do substitutivo do Projeto de Lei 672/2021, que converteu então finalmente na Lei 17.734 de 11 de janeiro de 2022 e que trouxe os principais avanços. Então a titulação prioritária por meio da regularização fundiária, inclusive nas áreas públicas, a dispensa e desafetação pela regularização fundiária de núcleos em áreas públicas, então encurtamos uma fase da regularização fundiária nas áreas públicas, criação dos núcleos vinculados para a produção habitação objetivando a criação e correção de uma base fundiária, porque nós sempre tivemos muitas dificuldades, exatamente na regularização dos nossos empreendimentos, porque temos uma base fundiária bastante complexa e não conseguimos corrigir e criar essa base para poder fazer a regularização fundiária dos empreendimentos. (ininteligível) Que até agora, até 11 de janeiro, desde que o núcleo esteja consolidado e fora de área de ambiental, então conseguimos regularizar essas áreas que estão em núcleos consolidados e fora da zona até 11 de janeiro de 2022. Atribuição da aprovação ambiental da REURB, a Secretaria Municipal podendo ser criada comissão especial para os casos que forem necessárias obras de urbanização. Emissão da certidão de regularização fundiária para regularização dos conjuntos habitacionais e empreendimentos. Isenção e remissão de tributos, do Instituto de Imóveis Abandonados para fins de REURB, como já foi mencionado pelo nosso Secretário João Faria. Possibilidade de transferência do direito de construir para fins de regularização fundiária nos casos de REURB S. Próximo. Autorização da criação de programas para adequação de infraestrutura e melhorias habitacionais. Fica autorizada a SEHAB a efetuar todos os atos registrais dos núcleos de regularização fundiária. Então agora acreditamos que com essa nova lei vamos dar uma nova agilidade aos nossos processos de regularização fundiária que estão há tanto tempo aqui na Secretaria e que nunca conseguimos dar um destino final e agora vamos conseguir então dar um bom andamento e vai ter bastante trabalho à frente para desenvolvermos. Agradecemos a todos também que nos ajudaram, elaborar, nós passamos esse ano de 2019 e 2020 discutindo amplamente cada item da regularização fundiária e foi uma época de bastante conhecimento e bastante troca de informações e que ajudou bastante nossa construção para esse substitutivo que construímos. Era isso o que eu tinha que falar. Foi bem rápida e sucinta para não alongar a nossa reunião.

Sr. Alcides: Só uma questão, agora temos a outra missão, né? Sílvia, Ricardo que é nosso coordenador, vão ter junto com... e aí eu sugiro, como já temos um grupo que tem conhecimento do tema, assim como fizemos para o Pode Entrar, começar a discutir... já estamos começando a olhar para regulamentação aqui, já é uma ordem do Secretário, aí talvez é importante depois, vou conversar com a Maria Helena e com a Ana Maria Maluf para atualizarmos o grupo de trabalho, deu uma desatualizada com relação a pessoas que entraram e saíram, enfim, formalizar novamente para podermos avançar agora, o próximo passo é sentar para, já com determinação do Secretário, a regulamentação da Lei, não é, Sílvia?

Sra. Sílvia: Isso. Sr. Sílvia: Começamos a fazer e depois já podemos regulamentar junto ao grupo para termos andamento então. O Decreto Regulamentador da Lei. Sr. Alcides:Maravilha. E aí vamos informando também o Conselho. Sr. Miguel: Serei breve. Júnior, eu me inscrevi só para dizer o quão importante é essa comissão, todos do Conselho, da Secretaria que se empenharam, foi como a Sílvia colocou aí, foi muito difícil porque logo em seguida trombamos com a pandemia e foi ficando difícil, mas uma coisa eu tenho que dizer aqui, a unidade que tivemos foi hiper importante, discutimos as causas e não... a ideia foi coletiva, todos discutiram respeitando a opinião do outro e somando e construindo e até chegar o momento da aprovação da lei, quando solicitamos aqui pelo Conselho que o Vereador recebesse a Comissão do Conselho e naquele momento nós não queríamos só Conselheiro, queríamos a Comissão falar com o vereador. E para nossa surpresa nós tivemos que o Ricardo estava lá para nos receber, que também tinha conhecimento do fato. Agradecer aqui ao João pela flexibilidade, não sei se ele está na sala ainda, mas pela flexibilidade dele quando pedimos que a Candelária e a Sílvia precisavam participar dessa reunião e o João abertamente falou “Sem nenhum problema somos coletivos”. Assim, sem restrição nenhuma ele falou isso é coletivo, é todo mundo junto, e é um negócio tão importante, desde o Pode Entrar, por mais dificuldades que temos, construímos juntos, aqui na Lei de Regularização Fundiária construímos juntos, estamos aqui juntos para fazer essa construção coletiva em qualquer coisa que vier pela frente. Eu quero dizer, eu nunca tinha participado do CMH e quero dizer que essa experiência de participar do CMH junto com todos vocês, para mim foi uma experiência rica e que levarei para o resto da vida. Sr. Alcides: Obrigado, Miguel. Segundo inscrito é o Alexandre. Terceiro no caso. Sr. Alexandre: Boa tarde, estava chegando em casa aqui, ainda bem que deu tempo de chegar, agora o sinal está oscilando um pouquinho. Quería fazer das palavras do Miguel as minhas, porque participei desse primeiro GT, essa lei veio totalmente favorecida num molde Federal e transformamos, como a Sílvia falou, para que ela pudesse nos atender aqui na cidade de São Paulo. Então foram dias e horas de trabalho lá, vai e volta, junto a isso estávamos discutindo a questão da II Conferência Municipal de Habitação, que já quero deixar para que possamos discutir na próxima reunião e tomar essa luta para que possamos fazer essa Conferência ainda esse ano, que assim seja, que essa pandemia vá embora logo e possamos fazer essa conferência porque os delegados já foram tirados, está tudo pronto, é só agora ajustar para que possamos fazer. A última pergunta, para finalizar, se não estiver enganado teve uma discussão sobre isso, regularização fundiária, o João não tinha retornado ainda, acho que foi o outro Secretário que fez a apresentação que falava que uma empresa ia fazer essa

regularização fundiária, que ia colocar para funcionar, esse ano ia tentar fazer o máximo possível, aí quero fazer a pergunta, isso vai acontecer, tem funcionários lá para ajudar o setor de CRF? Porque tem coisas lá paradas dos anos 80 e não foi resolvido até hoje. Para ver se isso não vai... vamos falar aqui, criar expectativas, se não conseguimos resolver nem o que está lá atrás, porque sabemos que faz tempo, não é essa gestão, que não se abre concurso público para o município, então era isso, saber se vai ter mesmo equipes para poder analisar o que já está atrasado, para que o Pode Entrar já saia e já saia regularizado. **Sr. Alcides:**Obrigado, Alexandre. A empresa que você fala é a licitação que estamos fazendo para gerenciamento da regularização. A parte de análise nós temos técnicos aqui para fazer, a própria Sílvia aqui. Obviamente que o trabalho de campo, que é um pouco mais complexo, que falta braço, de fato. E é isso que estamos buscando para poder dar subsídio para as análises da equipe aqui, entendeu? Óbvio que se tivesse mais era o mundo ideal, mas contamos com a força da turma que está aqui, que é experiente, mas de fato precisa sair a licitação, o Tribunal de Contas fez alguns questionamentos, mas o João teve reunião lá, João, nosso Secretário, teve reunião e está em vias de ser liberado, acreditamos que ainda em fevereiro. **Sr. André:** Primeiro ponto que eu queria registrar é que precisamos urgentemente de uma pauta sobre especificamente a regularização fundiária e o papel da nova Secretária de Projetos e Áreas de Manancial, a Dra. Elisabete França, mesmo porque ela ocupa o cargo de Conselheira Suplente também no CMPU, então é importante, tendo em vista já o tempo bastante longo que ela já ocupa esse cargo, para que ela possa expor suas diretrizes, suas metas da sua Secretaria e toda a questão da sua programação. Por que digo isso? Temos um ponto importante, são os estudos na questão ambiental, até pensei que a Sílvia, acho que ela foi pega de surpresa com a falta do Ricardo Alvarez, mas pareceu um pouco melhor, como será feita a questão do estudo ambiental, principalmente nas áreas de mananciais, então é uma situação inovadora da Legislação Federal, que também foi tratada na nova Legislação Municipal. Tiveram pontos aqui que foram até melhores do que foi tratado no GT, então tiveram vários pontos aqui que foram até melhores. Outra situação bastante importante é a retomada, conforme foi colocado aqui, do calendário do GT, porque nós temos apenas 5 meses, na verdade são 180 dias, mas já passou um mês, para regulamentar essa lei tão importante. Por que digo que é tão importante? Porque ela é até mais ampla, como diz a Sílvia, porque permite regularização até a data da publicação da Lei, ela vai até além do que aquilo que a Lei 13.465/2017 assim diz. Então seria bastante importante nós colocarmos um calendário em reunião do GT. E também acatando essa ideia sua de atualizar, porque tiveram pessoas que compareceram só na primeira reunião e depois não compareceram mais, então acho que seria importante abrir um espaço, até uma questão de encaminhamento para que pudesse acontecer a ratificação desses nomes num prazo de 10 a 15 dias para fazer uma coisa mais enxuta, teve gente que colocou o nome e não se colocou mais à disposição para o trabalho efetivo, então a situação é essa. Após isso eu pediria que fosse feita apresentação por parte, até para que possamos conhecer a questão da competência da Secretaria de Mananciais, até para completar essa apresentação. Um ponto para encerrar, que eu coloco aqui, é a necessidade de termos uma lei que venha conversar com essa nova lei de REURB municipal sobre a possibilidade de reformas na periferia, isso poderia ativar a economia, poderia ajudar até na questão da regularização das edificações, conforme bem disse a Sílvia na futura Lei do Direito de Laje, apesar de que a lei também permite aqui que sejam regularizadas as edificações. Então a minha questão é essa, Júnior, agradeço e parabenoizo cada colega do Conselho Municipal de Habitação, a Sílvia e todos que estiveram empenhados. O Miguel, que foi uma pessoa bastante importante na agenda junto ao Vereador Fábio Ribas, que foi bastante solícito, parabenoizo o Conselheiro Miguel e todos que colaboraram para essa tão importante lei. **Sr. Alcides:**Obrigado, André, o Ricardo não está aqui, mas já vamos falar com ele, a Sílvia está aqui representando também, já vou pedir para que ele assuma a questão da coordenação do GT, marcamos as reuniões com vocês, acho que é mais produtivo se já tivermos uma pré-proposta de regulamentação, então talvez não nos reunamos em dez dias, mas organizemos essas reuniões nos próximos 10-15 dias, para avançarmos nessa regulamentação. Obviamente o mais importante é na operacionalização, também concordo que a lei traz muitos avanços, dá uma série de instrumentos para o município, instrumentos inclusive que vão dar celeridade, traz aí uma possibilidade de uma comissão conjunta para essa questão de análise ambiental, vai facilitar bastante, não precisa o processo ficar tramitando entre Secretarias, é decidido aqui na SEHAB com a participação dos técnicos das outras Secretarias, mas acho que isso vai nos dar um amparo, tanto do ponto de vista de tempo, bastante positivo. Mariza. **Sra. Mariza:**Bom, acho que não me apresentei direito, foi muito rápido. Meu nome é Mariza, sou Conselheira Municipal, representando a Movimento Sem Terra Leste 1 na reunião. Primeiro acho que tenho que agradecer e parabenizar de fato a questão de você nos trazer essa pauta tão importante, sobre a regularização, e parabenizar toda a comissão, se organizaram e participaram, eu participei muito pouco da Comissão, de fato eu reconheço, não tinha como conciliar trabalho junto com os horários da Comissão, mas de antemão parabenoizo toda a galera que fez grande esforço, com apoio do Secretário, Benedito Barbosa que também participou, acho que todos, enfim. Essa pauta tão importante no município de São Paulo, sabe a questão da carência mesmo de bairros e cidades e conjuntos que foram construídos e hoje não estão regularizados, em áreas que não estão regularizadas, então eu mais uma vez eu falo, eu me inscrevo aqui para falar, mas os companheiros que antecipam a minha fala acabam colocando e antecipando minha vontade de falar, mas eu queria então só mudar um pouco, a questão que o André falou e também todos que falaram, a questão do tempo da Comissão, mas acho que era muito legal, como vocês acabaram de fazer uma apresentação para nós do cronograma, um pouco do planejamento, o primeiro que vocês apresentaram, era muito legal também de termos nos próximos, quando tiver de fato, nos trazer quando essa Comissão e quando esse Grupo de Trabalho da Regularização Fundiária vai começar, quais são os conjuntos, é um planejamento, claro, um cronograma para nós, e também uma prestação de contas, eu vi a Sílvia falar que são dois conjuntos, é muito pouco, nessa grande cidade que vários conjuntos foram construídos. Então eu gostaria muito de ficar contente na próxima apresentação, que tivesse mais conjuntos, quais são os conjuntos e como vai ser esse cronograma, como vai ser esse cronograma de trabalho para colocar em prática de fato a questão da regularização fundiária e a regularização dos conjuntos habitacionais que foram construídos ao longo dos anos. Inclusive o meu. Finalizei. **Sr. Alcides:**Obrigado, Mariza, eu acho que o Grupo de Trabalho depois cria esse cronograma. Está bom? Paulo Emílio Buarque Ferreira. Paulo é Conselheiro? **Sr. Paulo:** Sim, sou Conselheiro Suplente. Querias, os colegas que falaram antes já deram conta de parte do que eu ia falar, mas queria reforçar, agradecer a apresentação da Sílvia sobre a questão da Lei. Quería falar só uma coisa, Alcides e João, esse grupo de trabalho a princípio existe um indicativo de reunião no dia 22 com o Ricardo, seria importante abirmos um diálogo com o Ricardo, e reforçar um pouco a necessidade de revisarmos, porque um grupo que trabalhou muito bem muitas vezes por ser um grupo enxuto, de certa forma o tamanho do grupo acaba ajudando nas discussões, desde que seja discussão bastante qualificada como foi, então tivemos a participação da Rosana e do Dito, ajudaram muito, foram em boa parte autores desse trabalho, e aí minha única preocupação é assim, os nomes tanto faz, posso não estar no grupo, temos um monte de advogados e urbanistas que podem contribuir muito mais, in-

clusive, o pessoal do IAB, mas minha preocupação é com a representação do Poder Público, porque tivemos nesse momento todo a participação muito ativa da Candelária e da Sílvia em todo o processo, que hoje não estão mais no grupo. Então seria importante termos, e aí é uma decisão da Prefeitura, da SEHAB, de quais são as indicações, mas seria importante tentarmos ter uma continuidade do trabalho com essas parceiras que foram fundamentais. **Sr. Alcides:** As duas estão te ouvindo aqui, eu tenho certeza que elas vão participar e vão nos ajudar. Eu concordo, viu, Paulo? Eu concordo. O Ricardo vai retomar isso e ajustar o grupo para que tenha essa participação importante das meninas e também é efetivo de vocês aí. Está joia? E a revisão não busca... a ideia não é tirar ninguém, a ideia é suprir aqueles que não estão participando ou que não estão mais com possibilidade de participar e incluir aqueles que agora estão, como por exemplo o Ricardo que voltou, então é importante que ele participe também. Só questão de formalidade, mas de fato o grupo nosso, a Secretária inteira está à disposição para ajudar nesse grupo aí. Tereza, por favor, querida. **Sra. Tereza:**Boa tarde, pessoal, desculpe estar atrasada, mas foi um momento... hoje você nos trouxe uma bandeira imensa de tantas pautas boas e de tantas coisas que precisávamos ouvir, tomara que consigamos nessa caminhada concretizar pelo menos metade disso tudo. Estive no grupo do GT da regularização Fundiária, junto com a Sílvia, Candelária, Dito, vários companheiros e várias pessoas de dentro da Secretaria, foi um processo muito rico. Aprendemos muito porque não da área dos movimentos já vínhamos de um processo de regularização fundiária das favelas, junto com a Sílvia, a Candelária e outro pessoal dos técnicos de habitação, porque tem muita gente boa da Secretaria que nos acompanhou aqui na nossa região, nós conseguimos 980 famílias, são seis favelas e mais um mutirão do Jardim Celeste, para regularizar tudo isso temos que resgatar isso junto com o aprendizado anterior, quando gente chegou no GT junto da Secretaria foi muito rico, muito forte para nós, isso nos ajudou nas plenárias da pré-conferência de habitação, o pessoal que já trabalhava no GT da regularização fundiária, quando nós fomos para as áreas fazer as pré-conferências esse povo já ia direto nos grupos da regularização fundiária, e cada um que construiu seu GT dentro da Secretaria de Habitação foi muito, porque já entrava no seu grupo que já estava acompanhando dentro da Secretaria. Isso foi muito rico dentro das regiões porque já estávamos acompanhando dentro da Secretaria no GT e levamos para fora isso daí, eu acho que temos que resgatar tudo isso sim. Uma outra coisa, temos que pegar mais comunidades, Secretário, eu sou de um mutirão com 900 famílias e são da COHAB, está muito bagunçado aqui, temos que retomar isso daqui, por causa do Covid, por causa da pandemia acho que o pessoal ficou desempregado e está muito bagunçado, na verdade, bagunçado mesmo. E temos que sentar para construir tudo isso aqui outra vez e pegarmos mais comunidades para regularizar. Você sabe que temos uma comunidade aqui na nossa região de 1.900 famílias, elas são irregulares, é um pessoal... fiquei sabendo porque passaram para mim, a própria advogada do terreno dessa família me passou, eu recebi um comunicado da Secretaria sobre uma reunião que teve sobre a regularização fundiária dessa comunidade aqui onde eu moro, é uma favela imensa e agora está colocando água nessa favela, nessa comunidade e precisamos sentar, Júnior e Secretário, para conversar sobre essa comunidade para que seja construído junto com a coordenação aqui da região e mais as lideranças da comunidade, que não seja uma coisa separada, que sejam juntas. Está bem? Acho que é isso, obrigada por tudo. **Sra. Verônica:**Então, Júnior, eu não participei dessa questão da Lei da Regularização Fundiária, mas quero dar os parabéns porque várias pessoas do movimento, do Conselho, que são meus companheiros de anos de luta e de poder público, escreveram essa Lei Regularizar. Quero dizer o seguinte, eu moro numa casa de mutirão da época do FUNAPS, que eu acho que nem vocês sabem o que quer dizer. Na época do nosso querido Governador e Prefeito, Mário Covas. Eu tenho saudade dele, eu gostava muito do Mário Covas, ele era prefeito na época, ainda junto com o outro governador que agora me esqueci. No nosso loteamento muitas pessoas morreram e como era muita gente, foi construído um lote duas casas, na época do FUNAPS e até hoje não conseguimos regularizar isso. Eu penso que com essa lei conseguiremos regularizar essa questão do nosso loteamento. Está certo? São 96 famílias, tem Alzira I, Alzira II e vai embora. Eu estando uma coisa na outra. Então eu fico muito contente em saber que um dia poderemos ter nosso documento regularizado, claro que temos os documentos que pagamos ao FUNAPS na época, para a Prefeitura, tudo isso, mas não está regularizado. Temos água, luz, esgoto, mas não temos documentos dos lotes individualizados. Então essa lei talvez possa nos ajudar. É isso que eu gostaria de falar, só para ter uma ideia, se alguém souber o que era FUNAPS, eu sou dessa época, um dos primeiros mutirões que foram construídos na cidade de São Paulo. Agradeço a palavra, Júnior. **Sra. Tereza:**Eu sou dessa época, Verônica. Nós temos mutirão aqui do FUNAPS. **Sra. Verônica:**Então, e está tudo sem regularizar, né? **Sra. Tereza:** Isso.**Sra. Verônica:**Não podem fazer nada porque está tudo assim... uma casa mora duas famílias juntas. Entendeu? Um lote só, mora duas famílias juntas, tudo desse jeito, então esperamos que com isso agora consigamos acertar nossas vidas, porque já estamos ficando velhos. Um abraço, obrigada. **Sr. Alcides:**Obrigado, Verônica e Tereza, só para título de registro histórico aqui, a Verônica falou que o Mário Covas foi Prefeito, o Governador era Franco Montoro. **Sr. André:**André Franco Montoro. **Sra. Verônica:**Verdade, Franco Montoro, isso, era os dois. **Sr. André:** Só colocar um negócio que você falou em duas reuniões anteriores, eu acho que é importante resgatarmos essa questão com aprovação da prorrogação por seis meses da discussão da revisão do Plano Diretor. Então eu estou um pouco preocupado, porque temos até o final desse semestre para que o Executivo possa enviar para a Câmara. A minha preocupação é a Secretaria de Habitação, especificamente o Conselho Municipal de Habitação, não ter feito nenhuma intervenção ou proposta no caso à revisão do Plano Diretor, nós temos vários pontos que o Conselho poderia contribuir para a melhoria do projeto... para melhoria não, poderia contribuir, porque é um setor bastante importante, temos a questão do Pode Entrar, temos outra questão importante que está envolvida com a regularização fundiária, porque nos Artigos 14 e 15 ela diz que uma vasta área do município de São Paulo está situada numa área rural, que é macro zona de proteção para ação ambiental, então temos uma lei que ela faz uma intervenção, ela dialoga com o Plano Diretor, então diante disso eu faço um apelo a nossos colegas, que possamos formar um Grupo de Trabalho que realmente tenha interesse, que possamos formular propostas para o Plano Diretor na área de habitação, porque na reunião do CMPU eu vi intervenção da Secretaria do trabalho, a Secretária Aline sobre questões da pasta que ela dirige, tão bem dirige, e acho que seria importante que nós tenhamos, independentemente da questão ou das questões paralelas, mas acho que seria muito importante o diagnóstico da questão de habitação, temos aí uma situação bastante importante. Dentro disso eu tenho a seguinte proposta, até para podermos meditar, que é a questão da Conferência Municipal de Habitação, acho que poderia ser um importante polo até de contribuição para esse diagnóstico, essa participação da população na revisão do Plano Diretor, eu acho que poderia também usarmos esse instrumento, já que temos os delegados, poderíamos usar esse instrumento também na questão da revisão do plano diretor. **Sr. Alcides:**Eu não entendi, André, não entendi a proposta. **Sr. André:** A proposta é a seguinte, como nós temos aí a questão do calendário da Conferência Municipal de Habitação, acho que poderíamos abrir um espaço dentro da Conferência Municipal, até para ajudássemos na questão da propositura de um diagnóstico e propostas na área de habitação para o Plano Diretor, eu acho que podemos usar pelo menos como

uma grande audiência pública nesse sentido também, especial para a habitação. Outra questão que coloco, que ninguém falou sobre o Pode Entrar, nós temos a questão dos lotes regularizados, que foi tratado assim de maneira bastante... do Pode Entrar, que trata, acho que foi até a proposta do Fábio Riva e eu queria saber se tem... **Sr. Alcides:**Está desorganizado.**Sr. André:** Exatamente. Se você tem a questão do cronograma, quando vai sair a regulamentação, outra questão também bastante é que pensei que o companheiro e conselheiro Darcy fosse tocar, que é regulamentação da locação social, se já tem um cronograma, se tem um prazo para isso, então eu acho que seria bastante importante que você desse esse devido esclarecimento e agradeço a oportunidade.

**Sr. Alcides:**Bom, tem um item da pauta, que é o último, que é justamente alguns informes do Pode Entrar. Então eu vou aproveitar para responder essas questões propostas aqui agora. Pode entrar, eu já vou responder usando isso como informe. Optamos, nossa equipe aqui por mais que seja uma Secretaria grande e tal, nossa equipe e reduzida, nós estamos trabalhando com alguns instrumentos novos, o Pode Entrar que construímos aqui, que foi construído dentro desse grupo aqui, trouxe muita coisa nova, em paralelo com ele já vem aí um orçamento recorde e precisamos ter foco para que consigamos entregar tudo. Nesse sentido, foi uma opção de gestão gastarmos energia agora e isso se traduz nas próprias regulamentações que soltamos até agora, gastar energia na Entidades e no Carta de Crédito. Não é que estamos esquecendo os outros, mas é uma questão de otimizar o material humano que temos e dar celeridade e prioridade para esses dois programas. Em 2022 temos a ideia e o desejo de ter o Pode Entrar na sua totalidade instrumentalizado, mas por opção, para poder ter um cronograma mais saudável e exequível, nós estamos gastando energia no Entidades e na Carta de Crédito, é uma questão de prioridade de gestão mesmo. E eu não acho que aqui vocês discordem dessa posição porque também pode falar que não pode deixar de lado a locação social, o André citou lote urbanizado, é verdade, são instrumentos importantes que vamos ouvir, mas como diria lá no interior, se quisermos pegar 10 frangos, não pegamos nenhum, então estamos focando em dois frangos, que são os braços que temos por enquanto sem tirar do nosso radar essa regulamentação, então em breve traremos a instrumentalização tanto do lote organizado, o Fabio Riva nos cobra em toda agenda ou aqui presencial, ou agenda que ele fala com o prefeito e tal. Mesmo que quiséssemos, não dá para esquecer. A mesma coisa a locação social, embora não esteja caminhando a regulamentação ainda desse, estamos com olhar também para locação social para aqueles dois projetos que apresentamos para vocês aqui que estamos estudando a viabilidade deles, certo? Dito isso, espero ter respondido o André nas duas questões que ele falou, queria informar para vocês, nós enviamos inclusive para o Grupo de Trabalho o cronograma interno aqui da Secretaria, o cronograma que está balizando o trabalho da SEHAB e da COHAB e que em breve será publicizado na forma de aderirem o programa, depois para trazer documentos e formalizar com a assinatura dos contratos, enfim, esse cronograma começou em janeiro com a revisão das instrumentalizações da instrução normativa, que vamos visar o mínimo possível, só naquilo que a lei exige e que embora ainda não finalizamos, estava com prazo até com o deadline atrasado, era para publicar em janeiro e vamos publicar na próxima semana, ainda devemos enviar para o Grupo de Trabalho dar uma olhadinha e criticar, então possivelmente vocês também receberam aí. Mas isso tudo correndo em paralelo, a nossa ideia, vou abrir aqui o cronograma para não falar besteira, só um minutinho. A nossa ideia... não vou falar todos os passos aqui, são 20 etapas, mas nossa ideia é começar a assinar contrato em março. Ou seja, estamos em fevereiro, chamar o pessoal para trazer documentação, análise de documentação, tudo, até firmar o termo, em março, obviamente que aqui se estiver mais adiantado... pode ser em março, dependendo da quantidade por ser que assine em abril, mas nosso cronograma aponta abril como início de desembolso, entrega de projetos e execução de obra, início em abril obviamente que tem uma parte estruturante do programa, uma parte nossa que finalizamos em fevereiro e em março começamos a chamar as entidades e em algum momento a bola que estava com SEHAB e COHAB passa para as entidades para elas começarem a apresentar a documentação, apresentar projeto, enfim. Tem toda uma escadinha, uma relação de itens que vocês vão ter em mãos, já está na instrução normativa, mas vamos dar novamente, publicar novamente, então esse é nosso cronograma para o Pode Entrar entidades, o João já confirmou aqui, eu vou a afirmar, a Carta de Crédito nós temos uma proposta para as mulheres vítimas de violência que foi anunciada no dia da sanção do Programa Pode Entrar pelo Prefeito, que pretendemos também em março iniciar. Então marquem aí, o pontapé inicial efetivo, o Pode Entrar depois de superar todas essas fases administrativas de Legislação, publicação de Edital e tudo mais. Então isso é o que eu tinha para informar. **Sr. Álvaro:**Boa tarde a todos. Uma situação que me preocupa, estamos falando em início de contratação em março, desembolso em abril, pela portaria da SEHAB do Pode Entrar Entidades, existe um manual de cadastro das Associações, das assessorias e manual de cadastro das construtoras, como são documentos que envolvem entidades e vão precisar de uma assessoria, qual a previsão dessas portarias serem publicadas? **Sr. Alcides:** Elas estão aqui junto. Eu não vou ler todos, mas a publicação dos editais nós publicamos em fevereiro, no nosso cronograma fevereiro, e aí nos editais incluem esses cadastros de empresas e assessorias técnicas, ele alinha 7 aqui, nossa... **Sra. Fátima:** Pode ser amanhã a publicação, Secretário? Estamos em fevereiro. **Sr. Alcides:** Por mim pode. É a COHAB que está... essa é uma operacionalização da COHAB, estão extremamente dedicados, o Nilson antes estava aqui na reunião e me mandou mensagem “Preciso sair, nós temos reunião diária do Pode Entrar Entidades” porque o cronograma é apertado e para isso, conforme inclusive solicitação desse Conselho, colocamos a equipe dedicada, equipes que entendem do Programa, se reunindo diariamente dedicada 110% a fazer o Programa girar. Respondendo o Álvaro, até o final de fevereiro serão publicados os editais e a possibilidade dos cadastros das empresas e das assessorias técnicas. **Sra. Violeta:** Secretário, por favor, eu gostaria de se for possível o que eu registrei no chat possa constar em ata, são dois comentários que eu registrei no chat, meu nome é Violeta Kubrusly, represento como titular o CAU São Paulo, e gostaria de deixar registrado em ata esses comentários a respeito do excelente trabalho feito pelo GT regularização e pelas colegas da equipe de regularização fundiária, que culminaram na edição da Lei Municipal 17714 e que realmente é um avanço, então gostaria por favor, porque não sei se vocês gravam, fazem o registro do que está no chat, então eu gostaria de por favor solicitar que constasse em ata essas duas observações. Agradeço. **Sr. Alcides:**Obrigado, Violeta, nós fazemos esse registro, gravamos e anotamos a questão do chat, mas foi objeto de questionamento aqui também, eu já tinha falado, inclusive na hora estavam a Sílvia e a Candelária uma do lado da outra ali, eu mencionei as duas, falaram que vão participar, eu concordo, o trabalho foi bem feito. Bom, gente, agradecer a todos. **Sra. Mariza:**Júnior, sei que está finalizando, mas foi acho que segunda-feira que eu protocolei um documento aí pedindo para a COHAB a reposta sobre a questão daquela demanda que eu tinha apresentado na reunião passada, sobre o seguro de uma família. Estou aguardando. **Sr. Alcides:** Mariza, vou anotar aqui, não comentaram nada comigo. Quando for assim, pode mandar e-mail aqui, que ajudo acompanhar. Ou ligar para as meninas aqui, que elas me passam. **Sra. Mariza:**Eu protocolei e pensei que ia ter resposta hoje na nossa reunião do CMH. **Sr. Alcides:** Acho que foi falta de oportunidade abrir espaço para ele falar, mas estou anotando aqui, peço para ele entrar em contato. **Nada mais havendo a tratar Senhor Secretário Alcides Fagotti Júnior encerra a reunião agradecendo a presença de todos.**

## SEHAB/BRAS

PROCESSO:6014.2022/0000560-1
INTERESSADO: Sílas Faria de Souza
CONTRATO: 019/2016 – SEHAB
ASSUNTO: Atestado de Capacidade Técnica
DESPACHO:

Diante dos elementos de convicção carreados ao processo e, em especial, da manifestação de **SEHAB/BRRA** sob doc. nº 059570484, **DEFIRO** a solicitação supra, pagos os emolumentos públicos devidos, expeça-se o competente **ATESTADO**.

## HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

#### PROCESSO Nº 6210.2022/0002658-2

**DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE I** – A vista dos elementos constantes nestes autos e pela competência que me foi delegada através da Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **APLICO** à empresa IN DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS E HOSPITALLARES LTDA EPP, CNPJ nº 07.788.510/0001-14, a penalidade de multa no montante de R\$ 47,25 (quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos), que corresponde a 9% sobre o valor da Nota Fiscal nº 215926, em virtude do atraso na entrega do material, conforme previsto no subitem 8.1.3 do item 8.1 da Cláusula Oitava - Das Penalidades da Ata de Registro de Preços nº 632/2021-SMS.G.

II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.

III – Publique-se.

#### PROCESSO Nº 6210.2022/0002858-5

**DESPACHO I** - À vista dos elementos constantes no procedimento administrativo em tela, em especial, considerando a manifestação das áreas técnicas desta Autarquia, assim como o parecer da Procuradoria, cujos fundamentos adoto como razão de decidir e, uma vez atestado que o material foi utilizado a contento, reconheço a existência de crédito em favor da empresa MP COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 65.831.943/0001-01, no valor total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), referente a utilização de “01 (um) cone descartável para bombeamento de sangue flopump” na cirurgia do paciente José Luiz da Silva – RH: 4343059, e AUTORIZO o pagamento como indenização e emissão de Nota de Empenho no valor correspondente, onerando-se o item de despesa 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

II – Publique-se.

### DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO

#### NOTIFICAÇÕES

#### PROCESSO Nº 6210.2022/0003005-9

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 248271, a empresa SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 168,48 (cento e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), que corresponde a 13% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula Oitava – Das Penalidades, item 8.1, subitem 8.1.3 da ATA de Registro de Preço nº 351/2020 – SMS.G, Processo nº 6210.2022/0003005-9.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmdat@hspm.sp.gov.br ou protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 60, 2º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

#### Processo nº 6210.2022/0003009-1

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 410999, a empresa NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 50,40 (cinquenta reais e quarenta centavos), que corresponde a 4% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula Oitava – Das Penalidades, item 8.1, subitem 8.1.3 da ATA de Registro de Preço nº 206/2020 – SMS.G, Processo nº 6210.2022/0003009-1.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmdat@hspm.sp.gov.br ou protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 60, 2º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

#### Processo nº 6210.2022/0002548-9

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 793794, a empresa LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 151,68 (cento e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) que corresponde a 4% do valor da referida Nota Fiscal, com base no item 1 - d) dos Dados complementares da Nota de Empenho nº 991/2022 e também com fundamento nos artigos 86 e 87, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93, Processo nº 6210.2022/0002548-9.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmdat@hspm.sp.gov.br ou protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 60, 2º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

#### Processo nº 6210.2022/0003198-5

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 4709, a empresa PROVIP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 27,98 (vinte e sete reais e noventa e oito centavos), que corresponde a 2% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula 19 – Penalidades, item 19.3.5, do Edital do Pregão nº 092/2022, Processo nº 6210.2022/0003198-5.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmdat@hspm.sp.gov.br ou protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 60, 2º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

### GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

#### SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1119

#### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ENDERECO: AVENIDA ZAKI NARCHI, 536

ASSUNTO : Inscrição de Pensionista(s)

PROCESSO : 6310.2021/0002488-3

INTERESSADOS : EVANDRO FERNANDES MOREIRA
MATHEUS SIMÕES MOREIRA
ANA JULIA SIMÕES MOREIRA

1 – A vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO os pedidos constantes nos documentos SEI nº 050490493 com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12º, inciso II da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, §1º, incisos I e II, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b4", referente ao Sr. EVANDRO FERNANDES MOREIRA.